

Morro da Conceição, Rio

SPHAN protege área histórica e planeja sua revitalização



Vista do Conjunto do Largo de São Francisco da Prainha, situado ao pé do Morro da Conceição. O Conjunto faz parte da área beneficiada pela Portaria da SPHAN.

Indiscutivelmente, os morros cariocas são dos mais tradicionais integrantes da paisagem física e cultural do Rio de Janeiro. Mas o Morro da Conceição destaca-se não por estereotipados barracos ou sambistas e sim pelo seu enorme valor patrimonial, ao reunir nada menos que 10 monumentos tombados em suas encostas e imediações.

Este grande bolsão histórico é um dos últimos que conserva os principais traços urbanísticos do início de sua ocupação, bem como a arquitetura dos três últimos séculos, na maior parte de suas construções residenciais e comerciais, e uma forte vida comunitária, destoante da realidade de uma grande metrópole. E tudo isso a poucos minutos do centro do Rio, num quadrilátero limitado pelas avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, pela área portuária e pelo Morro do Livramento.

A região dominada pelo Morro da Conceição será agora protegida, a partir da Portaria aprovada pelo Conselho Consultivo da SPHAN/próMemória, em sua reunião de 12 de setembro último, que demarcou as áreas de entorno dos monumentos e definiu as normas para a preservação de aproximadamente 50 ruas. Elaboradas pela Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, estas normas fazem parte de um amplo projeto, de concepções inovadoras, desenvolvido ao longo de quatro anos de estudos. Outras etapas estão previstas em continuidade ao projeto, cuja importância pode ser exemplificada pelos resultados bastante positivos já obtidos, como a modificação de um plano urbanístico que previa a passagem de uma via expressa descaracterizadora junto ao local.

Idealizada a partir da necessidade de proteger e garantir o contexto no qual estão inseridos os 10 monumentos tombados a nível federal pela SPHAN, a limitação da taxa de ocupação e gabarito para novas construções na área do Morro da Conceição irá defender da especulação cerca de mil e duzentas edificações, a maioria integrada estética e historicamente ao acervo patrimonial que o Morro abriga.

A assinatura da portaria marcou o término da 1.ª fase de um projeto que está sendo desenvolvido por técnicos da SPHAN/próMemória, que tem por objetivo maior a revitalização e valorização da área dominada pelo Morro. Iniciado com o mapeamento de seu quadro construído, visando sua proteção imediata, os trabalhos deverão prosseguir com um "inventário monumental" das áreas de interesse e com a abertura de um escritório técnico de representação da SPHAN no Morro, que pretende, entre outras propostas, desenvolver a participação ativa da comunidade na preservação de seu espaço.

Exemplares como o primeiro Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, do início do século XVIII, uma fortaleza de 1715 e o antigo Palácio Itamarati, sede do Ministério das Relações Exteriores quando a Capital Federal funcionava no Rio, integram a lista dos bens tombados, um valioso conjunto, quer por suas características, quer

pelos usos para os quais serviram e para os quais estão hoje adaptados.

Igualmente importante, porém, é o próprio casario. De composição variada, descaracterizados alguns, estes prédios são um verdadeiro painel que registra a evolução da arquitetura popular brasileira, conservando aspectos como a volumetria original (cerca de 60% das edificações possuem dois ou três pavimentos), e o alinhamento, que foi obedecido mesmo por construções recentes, permitindo que a linha dos logradouros não fosse alterada.

Outra característica marcante do Morro é a interpretação dos padrões estéticos da arquitetura oficial de cada época, efetivada por seus habitantes, que vêm copiando os vários estilos há décadas, de acordo com seus limites financeiros. Essa vontade de ostentar um certo *status* continua hoje, inspirando as muitas reformas que cada vez mais se fazem necessárias no Conceição e arredores, mas que não chegam a agredir o conjunto construído.

Os moradores prezam muito seu espaço, sendo conhecida a profunda relação de afetividade entre a população e o lugar. Em grande parte descendentes dos ocupantes originais, negros e imigrantes, operários do porto e pequenos comerciantes tradicionalíssimos, os habitantes do Morro reproduzem em seus hábitos comportamentos típicos de cidades interioranas, onde todos se conhecem, e serestas e festas comunitárias são promovidas nas ruas — em muitas das quais não transitam veículos, na parte alta. Frequentemente, eles se definem como sendo uma “ilha” dentro do centro da cidade, pela tranquilidade característica do Conceição.

O Morro funciona e sobrevive em função da vizinhança com o centro do Rio, a chamada Área Central de Negócios (ACN), cumprindo sua principal vocação, já indicada como tal no Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro, em 1977, de abrigar a população de baixa e média renda que trabalha na área central. A função se justifica, por exemplo, pela proximidade, que reduz o custo do deslocamento trabalho-casa.

Cerca de setenta por cento dos moradores são inquilinos que pagam um aluguel barato, em relação à média carioca: aproximadamente 1/3 de seus salários, na maioria mínimos, sendo comuns os cortiços.

A proximidade com o centro, que deveria provocar uma grande valorização imobiliária da região e conseqüente aumento dos aluguéis, expulsando assim os antigos moradores, não afetou sensivelmente a área do Morro, ao longo do tempo.

A partir da década de 70, porém, se dá o início do estrangulamento do Conceição, com a pressão especulativa acompanhada das alterações no Código Municipal de Obras, e da reativação de um antigo projeto viário, a Avenida Norte-Sul, que deveria cortar a área pelo meio, ameaçando assim a integridade de toda a região.

AS ORIGENS

A história do Morro da Conceição exemplifica bem a história da ocupação do Rio de Janeiro, cidade subordinada a caprichos topográficos, edificada sobre pântanos, brejos e lagoas, resultado



Praça dos Estivadores. A partir da década de 70, altos prédios começam a substituir os antigos estabelecimentos comerciais das partes baixas do Conceição.

das imposições funcionais de cada novo período político-econômico que atravessou, desde sua consolidação como capital colonial e sede do Governo Imperial, até seu porte metropolitano de hoje.

Os primeiros registros datam de meados do século XVI, quando a Praça Forte do Castelo se estabelece no Morro, após a expulsão dos franceses, servindo este baluarte de defesa como sentinela da Baía da Guanabara.

No século XVII instala-se ali a Sesmaria de Manoel de Brito de Lacerda, numa ocupação natural por ser o Morro um sítio atraente, pela proximidade com o mar, e ao mesmo tempo seguro para edificação. A expansão foi rápida: até a metade deste século já haviam nascido alguns caminhos, mais tarde transformados em ruas, e o primeiro templo, a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, em 1634.

A necessidade de defesa, devido aos ataques franceses de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, determina o reforço dos baluartes existentes e a construção, naquele local estratégico, da Fortaleza do Morro da Conceição (1715). É desta época também o Palácio Episcopal (1702).

Seguiram-se a construção da Igreja de Santa Rita (1721), da Igreja de São Francisco da Prainha (concluída em 1740), e do Aljube, a casa de detenção do Rio, onde Tiradentes teria sido preso, para ser enforcado em suas imediações, no Largo da Lampadosa.

O fluxo do ouro das Minas Gerais, a partir do século XVIII, provocou a introdução de grandes melhoramentos no Rio de Janeiro, porto escoa-dor do minério. Entre outros, é criado o Passeio Público, o fornecimento regular de água, e o Mercado de Escravos é transferido para as proximidades do Conceição pela necessidade de “higienizar a cidade”. Ainda na primeira metade deste século surge na área o Trapiche (armazém) de São Francisco, depois substituído por outros.

Amplia-se a urbanização espontânea, iniciada nas abas do Morro, com sucessivos aterros. As habitações ocupam as partes altas, impróprias para instalações comerciais pela dificuldade de acesso, de maneira orgânica, criando um reduto irregular onde as casas é que vão definindo a abertura e o traçado das ruas.

O comércio das partes baixas se multiplica; a Abertura dos Portos por D. João VI, no início do século XIX, intensificou o movimento de importação e exportação, confirmando a vocação da área, de (importante) corredor comercial. É do porto nas proximidades da Igreja da Prainha que se escoou a produção, primeiro do sal e da cal, e, posteriormente, do café e da madeira.

As arquiteturas clássica e romântica se fazem notar no casario, interpretadas popularmente pelos habitantes do Morro, numa de suas características culturais mais significativas. É deste período ainda a conversão do Seminário de São Joaquim, e da igreja de mesmo nome, em um colégio, o Pedro II, concluída em 1838.

Em fins do século XIX, a ocupação do Morro da Conceição e áreas imediatas já está praticamente definida. Sua fisionomia só seria alterada durante a administração do Prefeito Pereira Passos (1902/1906), quando grandes obras públicas são executadas pela necessidade de adequar a cidade à sua função de Capital da República.

O centro do Rio vai adaptando-se gradativamente à sua vocação de centro financeiro e de serviços, com a substituição de seu casario residencial, transferido para a zona sul com a abertura dos túneis e a melhoria dos transportes públicos, que possibilita também a ocupação da zona norte.

A área do Morro da Conceição passa por modificações profundas que não afetam, contudo, as partes altas. O velho cais é aterrado e reconstruído adiante, estendendo assim a Praça Mauá, ex-Largo da Prainha; as ruas nas partes planas são alargadas, pântanos são drenados, e constrói-se o Jardim do Valongo. A arquitetura moderniza-se, atendendo ao gosto eclético então predominante.

Em 1906 seria inaugurada a Avenida Rio Branco, que apesar de limitar o conjunto residencial e comercial do Conceição, não iria interferir em suas características. O mesmo não ocorreu quando da abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 40; inspirada nos moldes urbanísticos do Estado Novo, a Presidente Vargas isolava a área com uma autêntica barreira de tráfego e altos prédios.

Rompido o convívio entre a região do Conceição e o centro, a área se autopreserva, princi-



JUREMA ARNAUT FNPM

O projeto que vem sendo desenvolvido na área está levando em conta o valor cultural dos entornos dos monumentos, que também serão preservados. Na foto, imediações do Conjunto do Valongo.

palmente pela desvalorização de seus espaços construídos.

O PROJETO

A compreensão de seu valor histórico e cultural por parte da SPHAN surgiu de estudos feitos no local, de março a setembro de 1978, inicialmente reduzidos ao Conjunto Arquitetônico do Valongo e motivados pelo péssimo estado em que se encontrava este monumento tombado, necessitando ampla restauração.

O contato estabelecido com a comunidade, porém, fez com que o objetivo inicial fosse revisado; um projeto maior, que garantisse a integridade das construções e, conseqüentemente, dos hábitos e atividades dos moradores de todo o Conceição, tornou-se imprescindível.

A solução, segundo a arquiteta Jurema Arnaud, da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, autora da proposta, foi tentar criar, a partir da definição dos entornos de todos os 10 monumentos, um efeito de autopreservação da área na qual os edifícios tombados estão inscritos, que também têm reconhecidamente o seu valor. Isso ampliaria o efeito protetor do tombamento isolado, incluindo os pequenos sítios que igualmente são bens culturais. Da mesma forma, tal premissa entende que a designação "bem cultural" não deve se restringir aos aspectos formais de uma determinada obra, mas, também, às suas características sociais e econômicas, bem como reconhece que um monumento não sobrevive isoladamente, pois destruída a malha na qual está inserido, ele descontextualiza-se e perde parte de seu significado para o progresso especulativo.

"Os monumentos precisam estar ambientados, senão eles se transformam em pequenas ilhas cercadas por edifícios", afirma Jurema. "Não dar ambiência é não dar dignidade ao monumento", completa.

A questão dos entornos é ainda polêmica, principalmente no que diz respeito aos limites de sua demarcação. Não faz muito tempo que esta discussão começou a ser aprofundada nos meios técnicos, apesar do controle de áreas vizinhas ao

monumento tombado ser item previsto no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

Diz o seu artigo 18 que "Sem prévia autorização do (então) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto (...)".

A violência do crescimento urbano fez com que, de aproximadamente cinco anos para cá, o entorno passasse a ser uma preocupação mais sistemática, com a extensão do conceito de visibilidade para toda a ambiência do imóvel tombado. No caso da área dominada pelo Morro da Conceição, o projeto foi além, ao se basear na riqueza cultural urbanística, arquitetônica e social dos arredores para definir o entorno dos monumentos.

Na prática, o trabalho, iniciado em 1979, foi subdividido em duas fases. A primeira, já concluída, constou de quatro etapas: inicialmente, realizou-se um levantamento cadastral sumário de todo o Morro, identificando não somente os entornos necessários aos bens tombados, mas também novos grupamentos de edifícios com valor para preservação, que reforçaram a defesa da área. O potencial histórico e social da região foi estudado em seguida, através de pesquisas e entrevistas com os moradores. A penúltima etapa dessa fase consistiu no mapeamento de tais informações, que serviram de suporte para a elaboração, finalmente, da portaria de controle de gabaritos (pavimentos) e modo de implantação das novas construções, essencial para controlar as intervenções pretendidas por terceiros naqueles entornos.

OS PROBLEMAS

Esquecida por aproximadamente 70 anos, desde a reurbanização de Pereira Passos, a área do Conceição iria evoluir gradativamente, mantendo-se distante das transformações que ocorriam a sua volta. A única exceção importante



MARCIO PINTO FNPM

Antigo Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, atualmente utilizado pelo Exército.

ocorreu em 1949, quando a então Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura aprovou o Projeto de Alinhamento (P.A.) n.º 4.500, que estabelecia como meta a renovação de grandes trechos daquela porção central do Rio. O P.A., que previa a destruição do tecido urbano característico da virada do século, e sua substituição por novos lotes para altos edifícios, acabou não sendo implantado.

Os limites da área do Morro, as Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, só seriam realmente atravessados a partir da última década, com as propostas dos edifícios-garagem, devido a uma alteração no Código de Obras, e do projeto da Via Norte-Sul.

O Decreto "E" n.º 5.996, de 12 de janeiro de 1973, proibiu a construção de garagens e estacionamentos nos edifícios comerciais do centro comercial e financeiro do Rio. Ao mesmo tempo, determinou que os mesmos deveriam ser instalados numa distância de até 1 km dos respectivos edifícios. Ocorre que dentro deste perímetro, o único espaço considerado "livre" por estar deteriorado, era a parte plana que circunda o Morro.

O efeito da nova imposição do Código imediatamente se fez sentir; em 1979 foi retomado o detalhamento da Via Norte-Sul, antigo projeto dos anos 50 que pretendia ser uma importante ligação entre a zona norte e a sul da cidade, através de uma pista suspensa, ladeada originalmente por uma massa construída de 62,30 m de altura. Engavetado na época devido ao custo proibitivo, o projeto tornou-se interessante pelo potencial imobiliário que a região do Conceição oferecia.

A partir de 1981, a SPHAN começou a receber para apreciação projetos de edifícios inteiramente destinados ao estacionamento de automóveis, que seriam ali implantados. O procedimento, normal quando se tratam de obras a serem empreendidas nas imediações de monumentos tombados, alertou a equipe responsável pelo trabalho em andamento no Morro, da ameaça que a integridade da região sofria (havia edifícios já aprovados ou em fase de aprovação na Prefeitura Municipal).

Constatou-se que uma renovação desta natureza, nos moldes de 30 anos atrás, que privilegiava os grandes eixos para a circulação de automóveis, romperia a malha urbana do Conceição, ao isolá-lo de suas partes baixas. A quebra do contato social seria inevitável, pela substituição dos conjuntos residenciais por prédios que só funcionariam durante o dia, abrigando atividades especializadas sem vínculo com as locais, que terminariam, juntamente com a valorização do solo, por expulsar naturalmente os moradores.

Após extensos contatos com os órgãos municipais de planejamento e engenharia urbanística, os técnicos da DTC/SPHAN, juntamente com a 6.ª Diretoria Regional da SPHAN chegaram à alternativa da limitação do gabarito na área da Norte-Sul, de acordo com o desejo das comunidades locais e de entidades de amigos do centro e zona portuária. Com o estabelecimento da altura máxima para frontaria em 10,5 m, ficou praticamente eliminado o risco das demolições em série, pois igualado o índice ao dos prédios de valor para preservação, passou a ser economicamente mais vantajoso apenas reformar as edifica-



Vista da Fortaleza da Conceição. A construção, do século XVIII, é um marco histórico das invasões francesas no Rio de Janeiro.

ções existentes, que demolir e reconstruir o mesmo número de andares, ou menos.

Conseguiu-se também que o lado direito da via não fosse atingido pelo alargamento previsto, passando a pista sobre construções mais descharacterizadas. Além disso, suas dimensões foram limitadas, dos 60 m de largura anteriormente planejados, para 20 m, de fachada a fachada (cerca de 12 a 14 m de pista de rolamento).

PROPOSTAS FUTURAS

Salvo fisicamente, a preocupação passou a ser como agir em relação à memória do Morro da Conceição. O projeto, na sua 2.ª fase, tem claro a necessidade de envolver e responsabilizar a comunidade para que as decisões e o trabalho de recuperação e preservação dessa área se deem dentro do interesse da maioria. O objetivo é fazer com que a preservação seja espontânea, resultado da conscientização, da compreensão do significado patrimonial do Conceição por parte de seus moradores (o que de certa forma já existe), evitando assim tombamentos desnecessários.

Reformas nas residências, por exemplo, não alteram a relação de volume, e principalmente toda a relação de afetividade que existe entre a população e as casas, e a população entre si. Tais modificações são de caráter estético, como a substituição dos florões românticos de uma fachada por ornamentos de motivos geométricos, ou prático, na opção por uma esquadria de alumínio de menor custo que a similar de madeira, e sempre gradativas, sem chegar a agredir o conjunto construído.

"O tombamento generalizado não chega a se justificar, não há por que parar a área no tempo", explica Jurema. Muitas vezes, o elevado custo de reposição dos materiais originais poderiam fazer com que a população, de baixa renda, se visse impossibilitada de conservar suas moradias. Somente as edificações ou conjuntos que assim o exigirem serão tombados integral-

mente ou em sua fachada e volume, a partir do inventário monumental previsto na 1.ª etapa desta 2.ª fase.

Paralelamente, subsídios para a reorganização dos espaços habitacionais estão sendo acumulados em pesquisa, visando ao remanejamento e racionalização das construções, de utilização muito heterogênea, onde convivem lado a lado cortiços e edifícios vazios.

É o caso do Conjunto do Valongo, que além do escoramento de emergência, a ser executado pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória, tem estudo também para sua restauração e melhoria de sua distribuição interna, de acordo com as necessidades de seus moradores.

A última etapa será a concretização dos estudos anteriores, viabilizada através da instalação, na região, de um escritório técnico da SPHAN, para tratar diretamente com a comunidade. Essa representação terá o propósito de discutir e orientar de perto as obras, de maneira a valorizar o local e impedir que alguma reforma se constitua em perda histórica, além de organizar exposições e distribuir material de divulgação, entre outras atividades. Seria dada a orientação de base, os equipamentos e mecanismos necessários, incentivando ao mesmo tempo a autogestão do trabalho por parte dos moradores.

Está sendo buscado também o apoio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Planejamento, cujos técnicos já demonstraram interesse no projeto.

Experiências semelhantes ao que se pretende no Morro e seus entornos vêm ocorrendo já em outros países, porém nem sempre conseguem a fixação de suas populações originais. É comum que a melhoria dessas áreas, transformadas em espaços nobres e conseqüentemente valorizados, façam com que elas acabem mudando de mãos. Um risco que o Morro da Conceição também correrá, do qual estão cientes os técnicos. Mas sua comunidade, marcada por uma extraordinária tradição, devidamente esclarecida e participante, tem todas as chances de superá-lo.

Breve histórico dos monumentos do Morro

Casa que foi Palácio Episcopal — No local onde, no século XVII, foi edificada a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, o Bispo D. Francisco de São Jerônimo erigiu em 1702 uma edificação para servir de Palácio Episcopal. A residência, tida como a melhor de então, ocupou um ponto bastante elevado, de onde era visível todo o núcleo original da cidade do Rio de Janeiro, limitado pelos Morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e da Conceição.

Novas obras foram realizadas nos séculos XVIII e XIX, resultando hoje num edifício assobradado, com janelas e peitoril em seqüência no térreo, e igual número de janelas rasgadas com sacadas de cantaria no sobrado. O telhado com beiral é interrompido, ao centro, por um pesado frontão (parte superior triangular, que fecha o vão formado pelas duas águas da cobertura). Internamente, a casa não conserva nenhum elemento original, por se ter incendiado e sido depois adaptada a fim de servir atualmente de sede para o Serviço Geográfico do Exército.

Fortaleza da Conceição — Construída logo após a invasão de Dugauy-Troujn, suas obras prolongaram-se por vários anos: 1715 é a data que aparece no portão principal, mas seu primeiro comandante só foi nomeado em 1735. No governo do Conde de Cunha o depósito de armas, então localizado na Rua Direita, foi transferido para a fortaleza.

Com plano retangular, o recinto é protegido por muros, com quatro ângulos fortificados, encimados por guaritas. Ao centro, prejudicada por algumas construções mais recentes, edificadas sobre as muralhas e o terrapleno, sobreleva-se, ao topo das cortinas (muralhas), a antiga capela, descaracterizada interiormente.

Igreja Matriz de Santa Rita — construída por Manuel Nascente Pinto e sua mulher, foi em 1721, por escritura pública, doada à irmandade que, para o exercício do culto, havia sido ali constituída. Com a criação, em 1753, da paróquia de Santa Rita, foi elevada a Matriz.

Externamente, a igreja possui um frontispício (fachada principal) severo, onde domina a portada em cantaria, obedecendo a composição clássica e encimada por um medalhão da padroeira, e ao seu lado, uma torre-sineira de arcada dupla. A talha do interior do altar-mor e dos quatro outros altares nas ilhargas da nave, única, bem como a do arco-cruzeiro (arco que separa a nave da capela-mor) e a dos pequenos altares da sacristia e consistório (sala de reuniões geralmente localizada acima da sacristia), têm feição rococó. Ainda na sacristia, pode-se encontrar um primoroso lavabo formado por cacos de mármore policrômicos.

Igreja de São Francisco da Prainha — em 1704 o padre Francisco da Mota legou por testamento, à Ordem Terceira da Penitência, um trapiche e terras, onde havia uma ermida, no local denominado Prainha, à margem da atual Rua Sacadura Cabral.

Demolidos trapiche e ermida em 1710 para dar lugar a um conjunto de casas, foi construída pela Ordem Terceira, de 1738 a 1740, nova ca-

pela, no centro da praça.

A Capela é de uma só nave, e a sacristia que se localiza à direita da capela-mor, apresenta, no alto de sua fachada, pequeno campanário. O frontispício da igreja, muito singelo, mas com excepcional altura, é ladeado por cunhais (ângulo externo e saliente, formado por duas paredes convergentes) robustos e encimado por um frontão que se liga ao corpo inferior, graças à inexistência de entablamento. Modesta portada de cantaria emoldura a entrada da nave. Internamente, toda a decoração é do fim do século XIX.

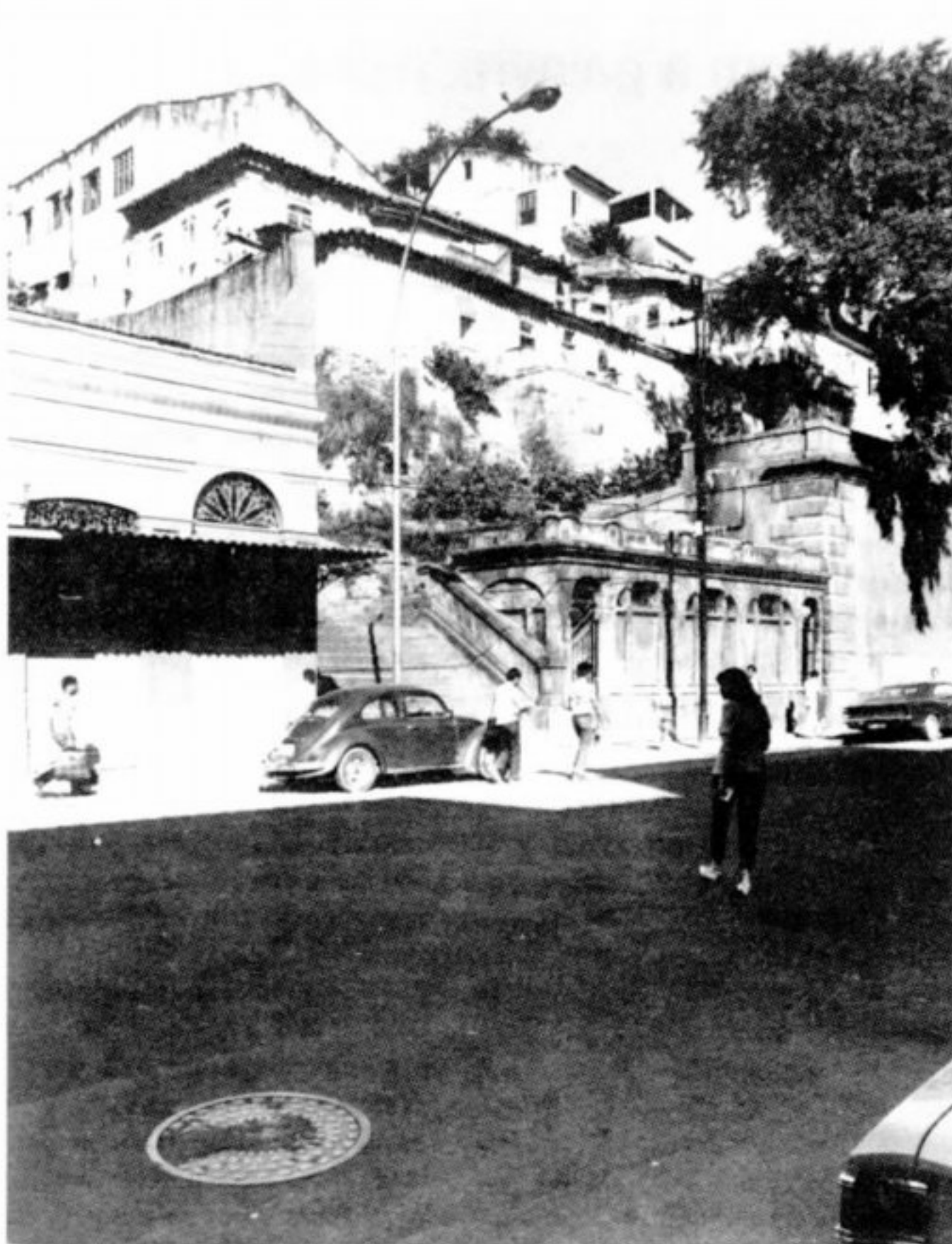
Colégio Pedro II — o colégio foi criado por decreto, a 2 de dezembro de 1837, cabendo a Bernardo Pereira de Vasconcelos organizar a reforma do Seminário de São Joaquim, antes Colégio dos Órfãos de São Pedro, onde a escola foi instalada. O arquiteto europeu Grandjean de Montigny, da missão francesa, fez o projeto que deu ao antigo seminário espaço, ar e luz. O estabelecimento, inaugurado em 1838, voltou a sofrer novas obras 33 anos depois, quando Francisco Bittencourt da Silva retirou o aspecto monarcal que o prédio apresentava. Destaca-se a escada então levantada no saguão, toda em madeira de lei nacional, sem qualquer coluna de sustentação. Outras reformas e ampliações se realizaram já no século XX, nas décadas de 20 e 30, porém nenhuma alterou os aspectos arquitetônicos básicos do Colégio.

Casa da Rua Mayrinek Veiga, n.º 9 — única remanescente de um conjunto urbano constituído

por mais de 60 sobrados de caráter nobre e feições neoclássicas, segundo risco do engenheiro português Domingos Monteiro, na década de 1840, construída em terreno pertencente aos beneditinos, a casa encontra-se hoje totalmente descaracterizada em seu interior, tendo preservada apenas a frontaria, que ficou inserida em edifício novo, de gabarito elevado. Possui balcões; portas-janela à francesa, com bandeiras envidraçadas, que abrem para uma sacada de apurado perfil, guarnecida por grade de ferro original, e plati-banda (mureta ornamental que, no topo das paredes, encobre o telhado) alta, sobre uma cornija (moldura, saliência na parte superior da parede) robusta, encimando a frontaria.

A casa aparece, registrada junto com as demais, demolidas, no Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro, de Rocha Frago (1874).

Palácio Itamarati — Edificado pelo Conde de Itamarati, entre 1851 e 1855, e adquirido pelo Governo Federal logo após a Proclamação da República, serviu de sede do Governo até 1897, quando passou a abrigar o Ministério das Relações Exteriores. Grandes obras de ampliação foram executadas em 1902 e 1930, quando foi alterado o terraço dos fundos e o salão de banquetes, construído o edifício para biblioteca, mapoteca e auditório. Atualmente, com a transferência do Ministério para o Palácio de igual denomina-



MARCIO PINTO/FNPM

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim e Morro do Valongo. Foi o estado precário deste monumento que sugeriu o estudo de toda a área. A foto mostra as escadarias e o muro que sustenta o jardim suspenso, que serve de base para o casario.

ção em Brasília, foi transformado parcialmente em Museu, mantendo, ainda, alguns serviços que permaneceram no Rio.

De inspiração neoclássica, apresenta por fora a fachada principal de proporção apurada, com dupla ordem de vãos com vergas de plena-volta, sacadas corridas e platibanda, ao alto, com vasos que substituíram antigas estátuas. Seu interior, apesar das modificações, possui todas as características dos grandes solares do século passado, com imponente escadaria central e salões nobres decorados com estuques.

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim e Morro do Valongo — Atualmente, o Valongo transformou-se num conjunto habitacional excessivamente povoado, com condições mínimas de arejamento e conforto. Mas apesar das alterações introduzidas, este conjunto de edificações guarda ainda algumas das características que possuíam certas áreas urbanas do antigo Rio. Destaca-se a casa de n.º 21, de feição modesta, com o telhado de beiral sacado, forte cunhal, cimalha (arremate entre a parede e o beiral) de alvenaria e os vãos com vergas arqueadas.

Na base do conjunto, as amplas escadarias, as grossas muralhas e o jardim suspenso em 7 m acima do nível da rua, foram construídos pelo Prefeito Pereira Passos em 1906, quando se alargou a antiga Rua do Valongo, hoje do Camerino. Para esse jardim foram transferidas quatro estátuas de mármore, de inspiração grega, que se encontravam, desde 1843, no antigo Cais da Im-



Igreja de São Francisco da Prainha.

peratriz, retiradas na ocasião de seu aterro para a construção do atual Cais do Porto.

Edifício da antiga Caixa de Amortização — inaugurado em 1906, na recém-aberta Avenida Central, hoje Rio Branco, era construção de requintada execução e acurado acabamento, já dentro dos padrões da arquitetura eclética, mas de feição classicizante.

Suas duas alas se articulam através de um corpo central, onde se localizam um vestíbulo de entrada e um saguão de distribuição com iluminação zenital. Nas fachadas, colunatas de ordem monumental (que abrangem dois pisos) assentam-se sobre um embasamento revestido de cantaria correspondente ao pavimento térreo. Coroa a colunata um entablamento elegante e robusto que, como as colunas, é em mármore carrara. As bases e os capitéis das colunas e o revestimento da arquitrave (parte principal do entablamento, entre o friso e os capitéis) são de bronze dourado.

Companhia das Docas de Santos — a "Gazetilha" do *Jornal do Comércio*, de 28 de janeiro de 1908, assim descreve o novo Cais do Porto: "A fachada é do estilo eclético, dominando no primeiro pavimento e no entresol o estilo bizantino, sendo o resto do edifício em estilo clássico".

Eclético, sem dúvida, mas um dos edifícios mais equilibrados das primitivas construções da antiga Avenida Central, a Cia. das Docas de Santos é um marco da transformação urbana do Rio de Janeiro.

Concluído em janeiro de 1908, o prédio tem o embasamento do pavimento nobre todo em mármore carrara, obra do artista Alexandre Sigheire. O vestíbulo, em estilo rococó, possui belo trabalho de estuque, além de duas portas encimadas pelo busto do Barão de Mauá e do Almirante Tamandaré, ambas do escultor Henrique Levi. O edifício está em perfeito estado de conservação.

Com a palavra, moradores do Conceição

"Eu estou aqui há 25 anos, com o comércio aqui embaixo e morando lá no alto do Morro. (...) Nunca gostei de apartamento, prefiro casa porque a vida em casa é melhor, no verão o pessoal pode ficar conversando uns com os outros, e quase todo mundo que mora lá em cima é gente muito antiga, nascida e criada lá mesmo, uns já estão velhinhos. Então eles ficam conversando, e eu gosto de lá, dessa vida comunitária. (...) Sou português, lá onde eu moro me faz lembrar a minha terra. (...) Quando é festa de São João o pessoal embandeira as ruas e faz uma lista, cada um dá um tanto, e aí se compram as coisas da festa. Ficam umas duas noites tocando discos, no carnaval é a mesma coisa..."

(Adão - comerciante)

"Eu morava na zona sul, em Ipanema, e precisava de um lugar onde pudesse trabalhar e viver, que custasse um preço barato. E aqui é fácil conseguir pessoas que possam ajudar dentro do meu trabalho, tem vários artesões que moram aqui perto. Carpinteiros, pintores, (...) a maioria deles são bons técnicos que talvez tenham sido marginalizados por não fazerem mais sentido, o saber deles talvez não faça mais sentido em ter-

mos industriais, em termos de uma grande oficina de carpintaria, são pessoas que têm uma visão muito artesanal, muito manual do trabalho. (...) Acho o Morro muito estimulante..."

(João - artista plástico)

"Olha, esta casa aqui é de 1905, e quando chove tem vez que a água corre aqui por dentro da loja, porque tem as manilhas aí, na época foi mal construído e o encanamento é pequeno, ali também o ralo está sempre entupido, e chove por cima e por baixo de tudo. O senhorio não quer saber disso, se a lei manda aumentar 97% dos aluguéis eles aumentam mesmo, fica de uma maneira que a gente vai perdendo o incentivo e tem que fechar mesmo. Eu ainda não fechei aqui porque não apareceu uma oportunidade, ninguém está querendo isto aqui..."

(Vinícios - comerciante)

"Essa parte aí, com relação aos prédios antigos da região, eu acho que deveria ser muito bem estudado. É uma pena que isso esteja se perdendo, pois é de um valor incalculável. Existem prédios que a gente passa e não se apercebe da

beleza que existe nele. (...) Outro dia, por exemplo, passaram seis gurus com 10 anos de idade para baixo, os seis com as mãos cheias de pedras, e quebraram aqueles vidros todos do prédio onde era o antigo Instituto de Biologia (...) Está se acelerando a dilapidação do povo, há gente retirando o material, porque esse material é vendido como ferro-velho, a madeira também, porque são madeiras antigas, o que eles podem tirar para vender eles tiram (...) Quando alguém me procura aqui eu não me canso de percorrer todo o bairro mostrando que existe ainda o antigo Rio de Janeiro, (...) muita coisa que preza a história do carnaval, como o Largo de São Francisco. Na Rua Senador Pompeu alguns proprietários ainda conservam os prédios, tem um que é todo ele feito com azulejos e as telhas são de louça, é uma beleza de arquitetura. Pelas cercanias desse prédio existem aquelas vilas antigas, lembram aqueles cortiços, e acho que não demora muito para isso sumir. Algumas já sumiram, viraram estacionamentos de automóveis. Acho que isso tudo deveria ser tombado..."

(Januário - aposentado, membro da Associação dos Blocos Carnavalescos do Rio de Janeiro)

Santa Catarina: SPHAN restaura fortalezas, marco histórico-cultural da região

Área de litígio entre Portugal e Espanha há pouco menos de dois séculos, a região do atual Estado de Santa Catarina, como de resto todo o sul do Brasil, teve sua ocupação efetivada não apenas num período relativamente recente, mas também condicionada a este contexto histórico peculiar. Santa Catarina não possui igrejas, teatros e edifícios públicos imponentes ou ricamente decorados, característicos do barroco, neoclássico ou do eclético vivenciados por outros Estados que passaram, em dado momento, pelo apogeu econômico dos vários ciclos que o Brasil atravessou. Santa Catarina, ao contrário, foi ocupada por colonos europeus e por guarnições militares, com o único objetivo de assegurar a posse da terra, estratégica então. O resultado, aparentemente pobre em termos patrimoniais, tem se revelado ser um valiosíssimo legado cultural não-monumental, original e único, que vem sendo melhor estudado e tratado

através de vários projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente a nível municipal, estadual e federal em Santa Catarina.

A SPHAN/próMemória, através da 10.^a Diretoria Regional, tem intensificado sua atuação no Estado, com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições, restaurando duas fortalezas situadas nas ilhas próximas a Florianópolis, peças de grande significado histórico que remontam ao conflito com a Espanha; e realizando um cadastramento piloto dos extensos bens arquitetônico-culturais resultantes das imigrações italiana e alemã, que foram a base da ocupação e da formação do Estado, em todos os sentidos (matéria que trata sobre este último assunto será publicada no Boletim SPHAN/próMemória n.º 27, correspondente ao bimestre novembro/dezembro 83).

Importante exemplar da arquitetura militar portuguesa no Brasil, a Fortaleza de Santo Antônio, da Ilha de Ratones (SC), teve iniciadas suas obras de consolidação em setembro último, sob a responsabilidade da 10.^a Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, a exemplo do que já vinha sendo executado na Fortaleza de Santa Cruz, na vizinha Ilha de Anhatomirim (SPHAN n.º 19, pág. 14). Praticamente recuperadas, as instalações de Anhatomirim começam agora a ser ocupadas pelo Núcleo de Estudos do Mar, da Universidade Federal de Santa Catarina, que pretende transformar a antiga fortificação num centro integrado de pesquisa e extensão universitária que estará apto, inclusive, a prestar apoio ao Programa Antártico Brasileiro. O Forte da Ilha de Ratones deverá ser destinado à preservação biológica, após sua recuperação, dentro do projeto da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, de implantar uma estação ecológica na área.

Situadas nas proximidades de Florianópolis, a cerca de 7 quilômetros por terra, mais 10 e 15 minutos de travessia de barco, respectivamente, as pequenas Ilhas de Ratones e Anhatomirim faziam parte do sistema defensivo português, estabelecido contra as pretensões espanholas de controle e posse da área manifestadas até o século XVIII. Santa Cruz, Santo Antônio e mais a Fortaleza de São José da Ponta Grossa foram edificadas pelo Oficial de Engenharia José da Silva Paes, a partir de 1739, para guarnecer a barra norte da baía da Ilha de Santa Catarina, enquanto que a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição defendia a barra sul, num projeto ambicioso e muito criticado na época, que viria a se revelar inútil no principal episódio de sua história: em 1777, a esquadra espanhola atacou e tomou a Capitania com facilidade, praticamente sem reação portuguesa.

A formalização das obras em Santo Antônio teve um significado muito especial para a comunidade catarinense: ante a dificuldade de obtenção dos recursos necessários para salvar o monumento da ruína, por parte das instituições responsáveis, um grupo de voluntários por iniciativa própria limpou a Fortaleza da vegetação que a co-

bria totalmente, ao longo de um ano de trabalho que terá agora sua continuidade.

SANTO ANTÔNIO

No dia 4 de setembro de 1982, um grupo de aproximadamente 40 voluntários desembarcou na Ilha de Ratones, no litoral de Santa Catarina, com o objetivo de limpar a Fortaleza de Santo Antônio da vegetação que estava ameaçando a estabilidade deste monumento tombado. Durante um ano, em todos os fins de semana que a chuva permitiu, estes voluntários estiveram na ilha trabalhando, com suas enxadas, foices e machados, até a conclusão da limpeza, em 3 de setembro último, quando novamente o grupo se reuniu em Ratones, desta vez para uma merecida festa de confraternização.

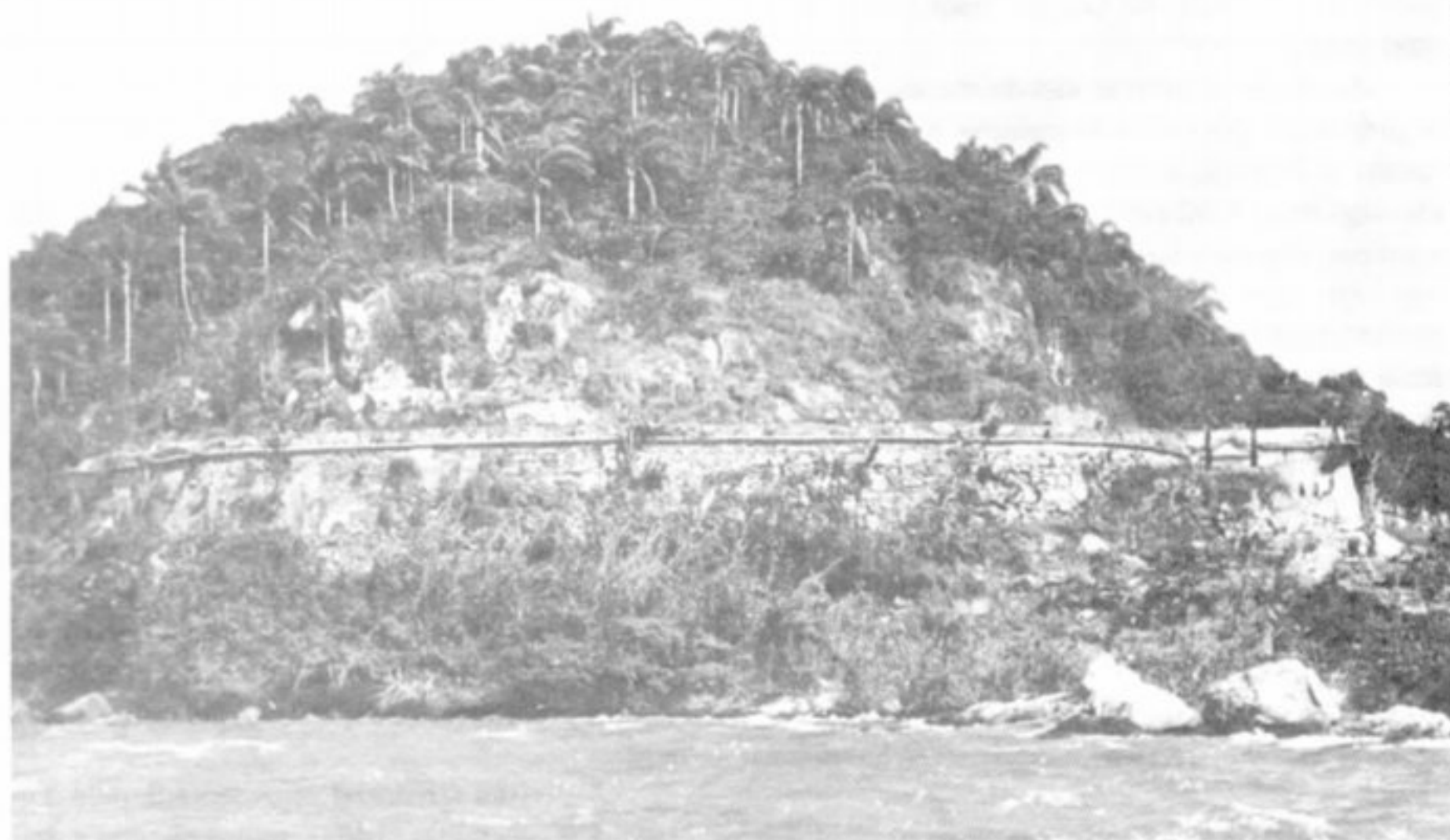
Muitas das pessoas direta ou indiretamente envolvidas com o trabalho, bem como as instituições que prestaram apoio — a Universidade Federal de Santa Catarina e a Marinha — estiveram presentes à comemoração, motivada também pelo início da restauração do conjunto pela

SPHAN, na semana seguinte.

“No primeiro dia em que estivemos aqui, a 5 metros da ilha o forte não era visível, devido ao matagal”, relembra Armando Luís Gonzaga, durante a travessia para Ratones, num lanchão da Marinha. Armando foi um dos principais articuladores do mutirão comunitário que ficou popularmente conhecido como “Operação Santo Antônio” (vide quadro). Hoje, ao contrário, já é possível avaliar-se o estado da fortaleza em todos os seus detalhes.

O Forte de Santo Antônio de Ratones está debruçado sobre o mar, na direção norte/noroeste, tomando todo um extremo da alongada ilha com seu parapeito em formato de meia-lua, que segue linearmente por uma das faces de Ratones, sendo interrompido apenas por dois baluartes. A fortaleza, de tipo irregular, acompanha assim a topografia do local.

A chegada à ilha só é possível através de uma pequena praia, onde existia um atracadouro, próxima ao único acesso ao forte, uma imponente portada neoclássica, colocada de perfil à linha



Vista geral do Forte de Santo Antônio. À direita, a portada de acesso ao seu interior

d'água. Uma ponte elevadiça que descia sobre um fosso, isolando o forte, completava a defesa da entrada.

“Uma das descobertas mais interessantes desse trabalho de limpeza foi justamente a existência da rampa de acesso, e o fosso, que se imaginava totalmente aterrado”, explicou Dalmo Vieira Filho, Arquiteto e representante estadual da SPHAN/próMemória, “além da constatação de que o terrapleno, todo este pátio interno aos muros, é pavimentado em tijolos”.

Para se chegar ao terrapleno é preciso atravessar a casa da guarda, construída junto à portada e de onde se controlava a ponte, e subir mais uma rampa. A planta interna, em linhas gerais, é comum a todos os demais fortes: à esquerda da entrada temos a casa de palamenta, pequena construção onde se guardavam as armas manuais e sua munição; vem em seguida o bloco do quartel dos oficiais, separado por um arco do quartel da tropa, e outro quartel de oficiais, estranhamente edificado com uma de suas paredes sobre a muralha, dando direto para o mar; nos fundos do quartel da tropa está situada a antiga cozinha; e, numa altura superior, fica o paiol de pólvora, por onde se chega através de uma escadaria de pedra, já na extremidade sul do forte. Por fim, há 4 guaritas, colocadas em posição de vigia sobre o mar.

Destas construções, quase todas em alvenaria de pedra, as únicas que ainda mantêm suas paredes em pé são a casa de palamenta, o primeiro quartel de oficiais e o pavimento inferior do paiol de pólvora, este em estado crítico. Não há mais vestígios de beirais ou de pisos, bem como nenhuma das coberturas originais, quase todas em 4 águas, com telhas goivas. Das demais edificações restam bons indícios das paredes e das divisões internas, estando conservada praticamente toda a planta baixa de Santo Antônio.

O paiol está abalado principalmente pela infiltração das raízes vegetais por entre as pedras, mal que atingiu todo o conjunto e quase o fez desaparecer. “Caiu um pedaço do paiol com as chuvas, foi o único avanço da ruína enquanto estivemos aqui”, lembra Armando, “mas conseguimos parar a desagregação. Tivemos o cuidado de não remover as raízes das árvores cortadas, segundo a orientação do Dalmo, para evitar qualquer desabamento”.

As raízes realmente são inúmeras, algumas gigantescas, pontilhando paredes e muralhas e dando ao Forte de Ratonas uma fantástica aparência orgânica. A situação seria ainda mais crítica caso não tivesse sido feita outra limpeza na área, em 1950, quando o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral reuniu alguns presidiários e desobstruiu o forte, intervenção que não teve sequência e que por isso acabou se perdendo.

A exuberância da flora tem o seu equivalente na fauna, sendo a Ilha de Ratonas um importante ponto de nidificação de aves migratórias, tais como o alcatraz, além de fazer parte do rico ecossistema formado pelos mangues das ilhas vizinhas e do continente, “criadouros naturais”, segundo Maria José Gualda, representante da Secretaria Especial do Meio Ambiente em Santa Catarina.

Cedidas pela Marinha, as ilhas estão sob a responsabilidade da SEMA, com exceção de

Anhatomirim, que está com a Universidade. A Secretaria pretende implantar na área a “Estação Ecológica dos Carijós” (chamada assim em homenagem aos ocupantes primitivos da região) da qual Ratonas faria parte, servindo como reserva natural e, num futuro próximo, de área para “turismo ecológico”.

A partir do convênio firmado entre a SEMA e a SPHAN, parte das instalações do Forte de Santo Antônio, uma vez restauradas, deverão abrigar um vigia em regime permanente, fiscalizando a ilha e orientando a visitação. A Estação dos Carijós terá como objetivo a preservação do potencial natural das ilhas, visando sempre à pesquisa e ao desenvolvimento dos projetos afins, como a reintrodução da fauna e flora originais na área.

Tais planos futuros dependem, porém, da conclusão das obras de restauro, que deverão se estender por um prazo não determinado. As verbas aprovadas envolvem a consolidação geral da muralha através da injeção de calda de cimento nos trechos fissurados e a reposição de pedras faltantes, bem como a estabilização do paiol de pólvora.

A essa primeira etapa deverá seguir-se um projeto de restauração que pretende recuperar a volumetria do forte, recompondo os telhados e as paredes que forem necessárias em alvenaria, de acordo com a planta original, que ainda existe. Mas de tal forma que seja facilmente identificável a intervenção moderna, feita com paredes diferenciadas, mais finas e rebocadas, que partiriam da face interna das paredes existentes, em pedra, que seria apenas consolidada. “Dois momentos serão buscados”, explica Dalmo. “Um que preserve a volumetria do projeto Silva Paes, que é o que há de melhor em Santo Antônio, e outro que proteja valorizando as ruínas restantes, mostrando o estado a que se permitiu que o forte chegasse”. A reutilização das instalações é outra preocupação, “para que em poucos anos as obras que nele forem executadas não se percam pelo abandono”, conclui Dalmo.

Curiosamente, o grau e a rapidez do abandono do Forte de Ratonas resultaram na conservação da integridade do conjunto, já que não há vestígios de construções posteriores deturpando a concepção e o entorno originais, caso raro entre as construções remanescentes do período inicial da colonização de Santa Catarina. O forte é ainda um importante documento da passagem pela região do Brigadeiro José da Silva Paes, responsável direto por condicionantes do contexto humano, político e histórico do sul do continente, tais como a vinda dos açorianos.

O QUADRO HISTÓRICO

A Ilha de Santa Catarina tinha, no século XVIII, uma enorme importância estratégica: sendo o último porto seguro para a navegação do Rio de Janeiro ao Estuário do Prata, sua posse significaria o controle efetivo de toda a região, e a configuração definitiva da fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis, até então inexistente.

A divisão territorial representada pelo Tratado de Tordesilhas (1494), nunca chegou a definir tais limites, mesmo porque as preocupações

de ambas as Metrópoles estavam voltadas para outras prioridades, nestes primeiros tempos coloniais. A Portugal, por exemplo, só interessava o pau-brasil e a cana-de-açúcar do litoral norte, muito mais próximo geograficamente. O que não impediu a inclusão das terras do sul na divisão do Brasil em capitanias hereditárias, revelando uma convicção bastante exata da passagem do Meridiano de Tordesilhas, pois as capitanias iam aproximadamente de Belém do Pará a Laguna (SC), fazendo com que os limites ao sul do território português passassem quase que por sobre a Ilha de Santa Catarina.

Fracassaram as capitanias, bem como as várias tentativas de povoamento da região por parte de Portugal e Espanha, representadas pelas expedições de Juan de Salazar y Espinoza ou de Jaime Resquim, entre outras (há registro de pelo menos 15 expedições exploratórias ou de ocupação ao longo do século XVI, sem que nenhuma lograsse sucesso na fixação permanente de colonos que assegurassem a propriedade das terras).

O século XVII vê a destruição das Reduções Jesuíticas no interior, pelos bandeirantes vicentinos portugueses, e o seu avanço pelo litoral. É um vicentino, Francisco Dias Velho, quem irá estabelecer-se na Ilha de Santa Catarina, dando origem à povoação de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), em 1678.

Portugal se fará presente até a Foz do Prata, com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, ignorando definitivamente o antigo meridiano e iniciando um período de constantes lutas. Sacramento seria sitiada e ocupada pelos espanhóis ainda em 1680, e depois em 1704, 1762 e 1777, sempre sob o pretexto de divergências diplomáticas na Europa, num claro exemplo do que foi a disputa pela margem esquerda do Prata, vital do ponto de vista estratégico e de integração, para os portugueses, com os sítios interioranos do atual Mato Grosso, dos quais o rio era o único acesso.

Nesse contexto seria também fundada a povoação de Montevidéu (1723), logo perdida para os espanhóis, e a povoação de Rio Grande de São Pedro (atual Porto Alegre), pelas tropas do Brigadeiro José da Silva Paes, enviadas (inutilmente) para tentar reconquistar Montevidéu.

É nessa época que novamente ganha corpo a necessidade de povoar e fortificar a Ilha de Santa Catarina, tida como “um grande erro” pelo Sargento-Mor Manuel Gonçalves de Aguiar, que fora mandado para a região em 1711, por considerar “que nada mais fácil do que o desembarque em qualquer de suas múltiplas e excelentes praias (...) Ainda que se fizessem não só uma fortaleza, mas quatro, era impossível impedir-se a entrada de navios e defender aquele porto”.

Mesmo assim, a 14 de agosto de 1738, o Conselho Ultramarino determinou que fosse construída uma fortaleza na Ilha, designando para tal o Brigadeiro Silva Paes, que inicia os trabalhos no ano seguinte. Optando pela construção de quatro fortes, apesar das recomendações de economia, dedicou-se primeiro à fortaleza principal de Santa Cruz, na Ilhota de Anhatomirim, concluindo-a em 1744.

Sempre com mão-de-obra escrava, em 1740 começa a ser edificado o forte de São José da

Ponta Grossa, na Ilha de Santa Catarina, e o de Santo Antônio, na Ilha de Raton, construídos simultaneamente e formando o triângulo defensivo ao norte; ao sul, onde a barra é mais estreita, Silva Paes construiu um único forte, o da Conceição da Barra do Sul, iniciado em 1742.

A importância da passagem do Brigadeiro Silva Paes por Santa Catarina não termina na construção das fortalezas: constrói também a casa do Governo, deixa iniciada a Igreja Matriz, incrementa a agricultura, além de ser um dos responsáveis pela colonização da região pelos açorianos, cuja primeira colônia recebe em 1748. Sua presença seria a própria intenção de colonização, desprezada nos primeiros duzentos e cinquenta anos de nossa história.

Seu projeto de defesa, porém, não seria igualmente reconhecido. Silva Paes foi alvo de pesadas críticas pelos militares que o sucederam na defesa da ilha, por ter sido "mais arquiteto do que engenheiro militar", ao contrariar em sua obra os rígidos traçados geométricos dos fortes da época.

Certos detalhes, como a posição dos quartéis, voltados para o mar e a localização dos paióis de pólvora, sempre na parte mais alta e exposta das ilhas, realmente restringem muito a segurança das fortificações. Sobre os paióis, o Capitão de Engenheiros Jerônimo Francisco Coelho comentou, em 1834, "que o local da casa de pólvora foi muito mal escolhido em relação ao céu e a terra; podem daquele chover-lhe os raios e desta ferver-lhe as balas".

O próprio poder de fogo das fortalezas era questionado, por permitir, em função da distância entre as ilhas, que os navios passassem entre os fortes sem serem atingidos; em 1776, Raton estava equipada com 18 peças de artilharia, na maioria dos calibres 3 e 4, tida como "inconsiderável" e "incapaz de resistir a uma fragata". Uma avaliação da Fortaleza de Anhatomirim concluiu que uma única nau de sessenta peças seria suficiente para subjugar-lá, "em meia hora de luta". Santa Cruz contava, então com 57 canhões diversos.

Todas estas deficiências acabaram por ser irrelevantes em 1777, quando a crise política permanente entre as duas Metrópoles levou a Espanha a atacar Santa Catarina com a maior armada até então enviada para a América do Sul, composta por mais de cem navios e doze mil soldados, comandada por D. Pedro Zaballos, 1.º Vice-rei do Rio da Prata.

Portugal há muito tempo se preparava para essa eventualidade, tendo o Marquês de Pombal ordenado o reforço da Ilha de Santa Catarina, "que deveria ser defendida ainda que ao preço das outras praças". Pombal manda transferir para a ilha o então Governador das Minas Gerais, Brigadeiro Antônio Carlos Mendonça, no auge do ciclo do ouro, para comandar a defesa. Faz descer ainda, entre outras medidas, uma milícia de soldados negros de Pernambuco, dos quais os espanhóis supostamente teriam medo, e um rebanho inteiro de gado para alimentar a tropa.

Quando, a 20 de fevereiro, a esquadra invasora fundeu na Praia de Canasvieiras, próxima ao Forte de São José da Ponta Grossa, os portugueses estavam seguros de suas defesas. A di-



Conjunto Arquitetônico da Fortaleza de Santa Cruz. As edificações já restauradas serão ocupadas pelo "Núcleo de Estudos do Mar".

menção das forças espanholas e o desembarque inesperado por terra, contudo, fez com que a guarnição do forte entrasse em pânico, e ante a possibilidade do cerco, o comandante de São José foge com a tropa para o continente durante a noite. O mesmo se dá com Raton e com o restante dos defensores, desbaratados sem que fosse dado um tiro sequer.

As povoações do litoral são dominadas uma a uma, e Sacramento é arrasada. Apenas Laguna resiste, enquanto que São Pedro do Rio Grande é salva por ventos contrários à frota. Ainda em 1777 a Ilha de Santa Catarina é devolvida, pelo Tratado de Santo Ildefonso, mas os espanhóis conservam o território das missões e a colônia de Sacramento.

Em 1801 é a vez de Portugal invadir a região das Missões, e somente vinte anos depois estes limites seriam reconhecidos como definitivos, pondo um fim aos séculos de lutas no sul do continente.

Apesar das circunstâncias particulares em que se deu o ataque, a reputação do sistema defensivo de Silva Paes nunca mais se recuperaria. O Forte de Santo Antônio de Raton entra em processo de decadência, junto com os demais, e somente a Fortaleza de Santa Cruz permanece ativa até a Segunda Guerra Mundial, quando também é abandonada.

Santa Cruz de Anhatomirim seria ainda palco de um episódio pouco conhecido da história brasileira: o banho de sangue promovido em 1894 contra a nobreza catarinense e os militares e civis tidos como monarquistas, presos e enforcados na Ilha às centenas.

Em 1914 o Forte de Anhatomirim passaria pela sua última modernização, das várias que sofreria ao longo do século XIX, tendo a Marinha instalado ali uma estação radiotelegráfica e alguns canhões de longo alcance, que seriam retirados na década de 40.

Com o seu abandono, e a despeito das lendas de assombrações que vêm desde a época do massacre, a fortaleza teve um arruinamento acelerado devido aos constantes saques de pescadores e re-

gião, que utilizaram na construção de suas casas a maior parte das telhas e das pedras de lioz (trazidas de Portugal) do monumento.

SANTA CRUZ

Considerada o maior conjunto arquitetônico deixado pela Coroa Portuguesa em Santa Catarina, desde 1972 a Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim está passando por obras de restauração, intensificadas em 1979 a partir de um convênio então firmado entre a SPHAN/próMemória, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Comando do 5.º Distrito Naval da Marinha. Com várias edificações já concluídas, a fortaleza começa agora a receber as instalações da base de pesquisas oceanográficas da UFSC, o "Núcleo de Estudos do Mar", criado em 1981 com o objetivo de levantar o potencial dos recursos marinhos da região, e servindo ainda como sede de um projeto de ensino especializado e de extensão universitária.

Trata-se do "turismo educativo", segundo o reitor da UFSC, Prof. Ernani Bayer, que pretenderá explorar todas as possibilidades pedagógico-culturais de Anhatomirim, através de museus que, além de seus acervos, oferecerão também programas audio-visuais e viveiros contendo espécimes marinhos representativos da fauna local, que serão expostos aos visitantes visando criar uma consciência em torno da importância da preservação dos monumentos, bem como da fauna e flora marinhas.

Vários estudos de caráter interdisciplinar já estão em andamento na ilha, nas áreas de arquitetura, geomorfologia, história e antropologia, a níveis de graduação e pós-graduação, além dos trabalhos em biologia, que buscam principalmente alternativas à produção de alimentos. Nove funcionários da Universidade se revezam num plantão permanente em Anhatomirim, apoiando as equipes de pesquisadores e de restauradores, que estão empenhados em recuperar a fortaleza o mais fielmente possível.

Um exemplo disso é o trabalho de arqueologia submarina, que está tirando do fundo do mar

vários objetos históricos desaparecidos, tais como os canhões, que serão remontados em suas carretas, na posição original. As próprias carretas serão reconstruídas segundo os padrões antigos, de encaixe sem a utilização de pregos.

No antigo Palácio do Comando, restaurado, já está sendo operado um laboratório para análise de amostras colhidas no fundo do mar catarinense, em articulação com o navio oceanográfico Almirante Saldanha, enquanto o Paiol de Pólvora, também concluído, está recebendo 13 dos 15 aquários previstos, e que se destinarão basicamente a trabalhos de pesquisa.

A antiga Cadeia deverá ser ocupada em breve com uma exposição contando a história de Santa Cruz e de sua restauração, inteiramente documentada em fotografias, enquanto que outros dois museus, o das "Culturas Litorâneas Catarinenses" e o de "Oceonologia" estão aguardando a recuperação do maior prédio da Ilha, o Quartel da Tropa, uma grande construção de dois andares e aproximadamente 70 metros de comprimento. A intenção da UFSC é entregar o Quartel inclusive com as réplicas do mobiliário original.

A Fortaleza, que já dispõe de abastecimento

de água próprio (com a restauração da antiga fonte), e de luz e telefone vindos do continente, será dotada ainda de um aquário de bioensaio e uma piscina com água do mar. As instalações da estação radiotelegráfica estão sendo adaptadas para servir de alojamento aos pesquisadores e visitantes, cujo fluxo poderá intensificar-se enormemente, segundo o Prof. Bayer, a partir do convênio que está sendo proposto entre o Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Interministerial de Recursos do Mar e as Universidades que desenvolvem trabalhos de pesquisa marinha, para uma futura ação integrada de apoio ao Programa Antártico Brasileiro. Se tudo der certo, em breve o passado de poucas glórias militares da Fortaleza de Santa Cruz será compensado por uma destacada presença no futuro panorama científico-cultural de Santa Catarina.

OS DEMAIS FORTES

As Fortalezas de São José da Ponta Grossa e de Nossa Senhora da Conceição, em melhor estado de conservação que Ratones, poderão tam-

bém em breve merecer maiores atenções da 10.^a Diretoria Regional.

Segundo Dalmo, os dois problemas básicos do Forte de São José são a sua localização, próxima a uma praia muito valorizada e com construções alterando o seu entorno original, e a necessidade de uma nova consolidação, complementando as obras pelas quais passou há alguns anos.

Já a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (IPHAN n.º 5, pág. 4) encontra-se em situação inversa: a ilha em que está situada fica muito distante e é de acesso difícil. Ao que se sabe, a fortaleza não foi mais visitada após seu abandono, mas apesar da falta de manutenção seu estado geral é bastante razoável, segundo mostram as fotos existentes. Devido à ação do vento sul, forte e constante, a vegetação fica impedida de crescer, livrando-a dos problemas enfrentados pelos demais fortes. Suas construções perderam as coberturas, porém as paredes permanecem integralmente.

A UFSC manifestou seu interesse em recuperar o Nossa Senhora da Conceição, havendo inclusive a previsão de uma visita ao local, para posterior levantamento.

Comunidade realiza mutirão em defesa de monumento

A maioria nunca havia manejado uma foice antes. Pescadores, estudantes, profissionais liberais, gente de todo tipo atendeu à campanha "Mutirão Histórico" iniciada em agosto de 1982, através de cartazes, jornais e televisão. Somados, entre os que estiveram presentes uma única vez e os que foram para a ilha todos os sábados, cerca de 50 catarinenses envolveram-se com o trabalho no Forte de Santo Antônio, lutando durante um ano contra o emaranhado vegetal, as violentas chuvas que castigaram o Estado e a precariedade de condições. Hoje, vencido o desafio, fica sobretudo a marca de uma grande satisfação, entre os participantes, com os resultados.

Segundo Armando Luís Gonzaga, "o importante é que a comunidade deu o empurrão e as autoridades responderam: a SEMA está interessada, o Patrimônio conseguiu verba para a restauração, e a conservação do monumento está garantida". Ex-Diretor de Turismo do Estado de Santa Catarina, oficial reformado da Marinha e empresário, Armando tomou a iniciativa de reunir os meios e as pessoas interessadas, possibilitando assim a retomada da Fortaleza em Ratones.

"A campanha nasceu a pedido do arquiteto Cyro Correa de Lyra, que, junto com o Curtis, o Diretor da 10.^a Regional da SPHAN, me pediram que tentasse conseguir meios aqui no Estado para a restauração", lembra Armando, "porque eu já havia colaborado anteriormente com o Patrimônio". Armando foi apresentado ao acervo histórico de Santa Catarina pelo então Diretor Regional do IPHAN, Luís Saia, quando entrou para o Departamento de Turismo, em 1968. Ciente da importância das Fortalezas, colaborou com o início do levantamento de Santa Cruz (Anhatomirim), em 1969, e com a assinatura, mais tarde, do convênio entre a SPHAN e a Universidade Federal de



A "Operação Santo Antônio" fez com que muitos catarinenses enfrentassem a travessia até a Ilha de Ratones.

Santa Catarina, que iria viabilizar sua recuperação/ocupação.

"O contato com o Cyro foi em 1981", conta, "mas só pude fazer algo por Ratones ano passado, porque ainda estava envolvido com Anhatomirim, na Operação Chapéu na Mão". A operação consistia em levar as autoridades competentes até a Ilha de Anhatomirim, nos fins de semana, o que Armando fazia em seu próprio barco, para que um dos dois professores da Universidade tentassem obter alguma ajuda, ao explicar o projeto do "Centro de Estudos do Mar". "Foi assim que nós conseguimos, por exemplo, água e luz para a ilha", completa Armando.

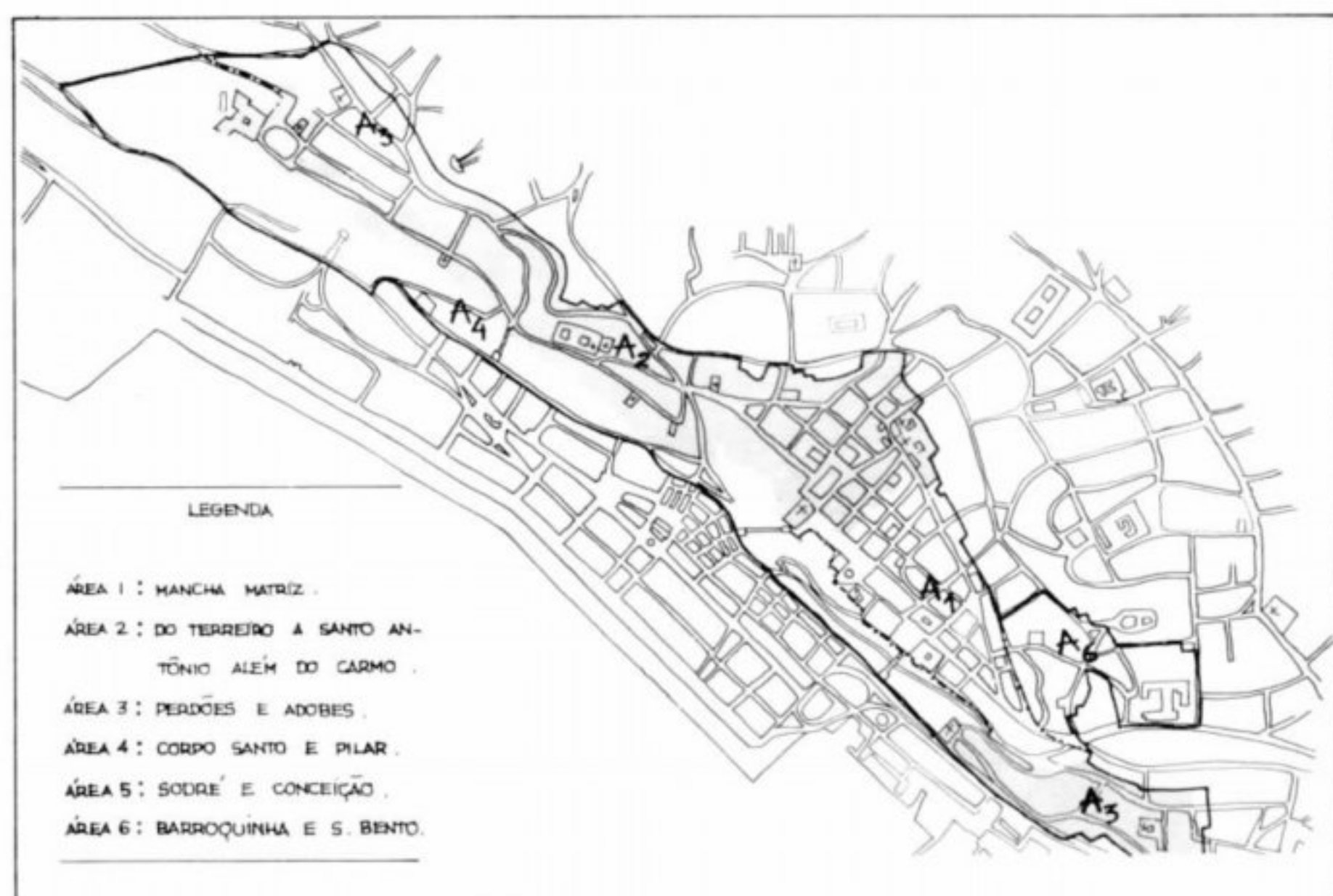
Ratones enfrentaria as mesmas dificuldades, quanto à falta de recursos oficiais. Surgiu então a idéia de convocar a comunidade para a limpeza, etapa que antecede à restauração, utilizando ferramentas colocadas à disposição pela Universidade e uma embarcação da Marinha.

"A campanha convocando o pessoal foi pedida a uma agência de publicidade, a S Propag, e veiculada principalmente no jornal *O Estado* e na *TV Catarinense*. E começaram a aparecer os voluntários, o pessoal respondeu brilhantemente", disse Armando.

Gente como Sandro Luís Silva, 15 anos de idade, que nunca tinha capinado na vida. Sandro mora em Florianópolis há dois anos e é do sul do Estado. "Comecei a vir porque me interesse por história, arquitetura antiga, essas coisas. Conversei com os colegas da escola que também gostam e nós viemos a primeira vez, gostamos do pessoal e do passeio de barco, e começamos a vir sempre", conta Sandro, que com os seus amigos Rogério (16 anos) e Júnior (15 anos), além do próprio Armando e de Aguiar, um contador de meia-idade, foram os únicos que não faltaram um sábado sequer em que houve mutirão.

"O Aguiar só falhou porque sofreu um acidente com a motosserra e quase perdeu a perna", finalizou Armando, "mas foi o único acidente mais sério. Também não descobrimos nada de especial durante a limpeza, o que me surpreendeu sim foi a existência de tanta gente disposta a trabalhar tanto tempo. O afluxo no começo foi maior, mas durante todo o tempo se manteve a média de 10 pessoas cada vez... esse é que é o caminho verdadeiro, mobilizar a comunidade. Só assim é possível envolver as pessoas, a cidade, despertar o interesse. Se você diz a um desses garotos que o forte vai ser depredado, ele briga, porque trabalhou aqui e se sente diretamente responsável pela sua preservação. E isso tudo serve de exemplo para as outras pessoas, para que elas comecem a sentir que esse é um trabalho importante: preservar e não apenas destruir. Esse é o sentido maior."

Centro Histórico de Salvador: SPHAN cumpre exigência da UNESCO e amplia área tombada



PATRIMÔNIO IPAC

A proposta aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional amplia a mancha escura, já tombada pela SPHAN, para seis sub-áreas. Com essa e outras medidas, espera-se que o Centro Histórico de Salvador venha a ser incluído na relação dos bens considerados Patrimônios Culturais da Humanidade.

A redefinição do Centro Histórico de Salvador — extensão do tombamento e rerratificação de áreas já tombadas (Subdistritos da Sé, do Passo e da Conceição da Praia; trechos das Ruas Carneiro de Campos, do Sodré e Travessa Aquino Gaspar) — foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 104.ª reunião, a 20 de outubro passado, no Rio de Janeiro. A medida tem como objetivo a inclusão da área na lista dos bens considerados Patrimônios Culturais da Humanidade, pela UNESCO (SPHAN n.º 23, pág. 13).

A área agora tombada delineia “uma mancha da cidade primitiva”, para o Professor Ary Guimarães, Diretor da 5.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, com jurisdição sobre os Estados da Bahia e de Sergipe. Essa “mancha histórica”, com aproximadamente 750 mil metros quadrados — 2,5 km de comprimento por uma largura média de 300 m — inclui cerca de 60 mil imóveis e concentra o maior número (28) de monumentos individualmente tombados em Salvador.

A ampliação do tombamento do Centro Histórico da cidade foi solicitada pela Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN e baseou-se no trabalho realizado conjuntamente pela equipe da 5.ª DR/SPHAN e técnicos do Instituto Artístico e Cultural do Estado-IPAC, do Centro de Arquitetura do Brasil da Faculdade de Arquitetura da UFBA e do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura-OCEPLAN. O relator do processo de tombamento foi o Prof. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

PATRIMÔNIO MUNDIAL

Tombado a nível nacional, o Centro Histó-

co de Salvador será submetido, ainda este ano, à UNESCO, visando sua inclusão na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade. Com esse objetivo, a Secretaria da Cultura do MEC elaborou um extenso dossiê sobre a área, que já foi enviado à UNESCO e será examinado, em primeira instância, na reunião plenária do Comitê do Patrimônio Mundial do órgão, no próximo mês de dezembro, em Florença, na Itália. O arquiteto francês Michel Parent, Presidente do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organismo da UNESCO, esteve em Salvador em se-

tembro passado, para verificar se a proposta que estava sendo elaborada pela SEC se enquadrava nas normas estabelecidas pela UNESCO.

Em entrevista à imprensa, Michel Parent disse ser favorável ao reconhecimento da proposta, porém adiantou que essa é apenas uma opinião pessoal, pois a decisão é coletiva. Segundo Parent, as indicações entregues à UNESCO até o final do ano, são analisadas no decorrer de todo o ano seguinte, portanto, só no final de 84 o Comitê dará a decisão final sobre a proposta.



JOÃO LEGAL/FNPM

Vista do casario próximo à Igreja de Nossa Senhora do Pilar tomada do terraço do Moinho da Bahia.

ENTORNO

Em Salvador, o arquiteto francês participou ainda da assinatura de três protocolos de intenções, firmados entre a Prefeitura Municipal de Salvador, o IPAC e a Fundação proMemória com a intervenção da SPHAN, visando viabilizar uma ação integrada na recuperação e revitalização do patrimônio monumental, urbanístico e ambiental das áreas de interesse histórico-cultural, como também um programa de preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, e dos monumentos tombados, do Município.

Um dos protocolos assinados prevê a formação de um escritório técnico de licenças e fiscalização de áreas especiais em Salvador, com a finalidade de, em termos práticos, solucionar corretamente questões relativas à preservação do patrimônio cultural e natural do Município.

A assinatura dos protocolos, juntamente com a aprovação pela Câmara de Vereadores de Salvador, de um projeto de lei que amplia as normas de defesa e proteção do Centro Histórico e "adequa os dispositivos legais em vigor", foram mais alguns dos pré-requisitos exigidos pela UNESCO para a efetivação do tombamento mundial. Aprovada e sancionada a lei que protege o entorno (moldura) do Centro Histórico, a área fica, agora, protegida nos três níveis: municipal, estadual e federal.

Em mensagem à Câmara de Vereadores, ao encaminhar o Projeto de Lei, o Prefeito de Salvador, Manoel Castro, salienta que a possibilidade

da elevação do Centro Histórico a Bem Cultural Mundial fará com que se obtenha "notória divulgação a nível internacional, ao que se soma a intensificação da consciência dos habitantes de Salvador sobre os méritos de seus próprios valores e da necessidade de preservá-los".

APROVAÇÃO

Com a aprovação da proposta, o Centro Histórico de Salvador, a exemplo de Ouro Preto e

Olinda, passará a contar com o apoio técnico dos especialistas de diversas áreas no campo da preservação de patrimônio, de que a UNESCO dispõe, e em caso de catástrofe, receberá de imediato ajuda financeira do Fundo Paralelo do Setor de Patrimônio do órgão.

O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, deverá ir a Florença, em dezembro, fazer a defesa do reconhecimento da área como Monumento Cultural da Humanidade.



JOÃO LEGAL/FNPM

Na foto acima, trecho da encosta e vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Ao lado, vista parcial de uma rua do Centro Histórico da capital baiana. Abaixo, casario do Centro Histórico de Salvador, que agora conta com uma legislação, aprovada pela Câmara de Vereadores, que amplia as normas de defesa e proteção do local. Com a aprovação dessa lei que protege o entorno do Centro Histórico, a área fica protegida nos níveis federal, estadual e municipal.



JOÃO LEGAL/FNPM



JOÃO LEGAL/FNPM

opinião

Patrimônio Cultural construído:
Proteção e conservação*(*)Ulysses Pernambucano de Mello, neto*

Este artigo examina o uso de algumas expressões muito em voga no vocabulário quotidiano de quantos vivem com as questões relativas ao Patrimônio Cultural imóvel ou construído, no Brasil.

Imaginava poder fazer um rápido levantamento do sentido, compreensão e abrangência dos termos como **Proteção, Conservação, Recuperação, Restauração e Preservação**. Posteriormente, verifiquei que o caminho escolhido era dos mais árduos, por causa da multiplicidade de sentidos atribuídos às mencionadas expressões, quer em âmbito nacional, quer nos tratados e convenções no plano internacional.

Considerando essa dificuldade, pareceu-me viável inverter o raciocínio e o projeto do artigo, isto é, em lugar de analisar o emprego daquelas palavras pelos técnicos especializados em Patrimônio Cultural imóvel, expor, da forma mais resumida e simples, a posição por mim agora aqui apresentada.

A expressão que parece reunir o significado mais amplo no trato dos problemas relativos ao Patrimônio Cultural imóvel é **Preservação**. Este termo é empregado quase sempre na tentativa de exprimir a idéia, o desejo ou a necessidade de fazer com que os bens culturais durem para sempre, ou, como preferem outros, por tempo indeterminado, por muito tempo. Seria a **Preservação**, portanto, o desejo, a idéia ou ação de perpetuar, eternizar ou dar permanência, a mais longa possível, aos bens culturais.

Para que o objetivo da permanência desses bens entre nós seja alcançado, parece-me essencial a compreensão de dois outros termos, ou ações, que são as duas faces que compõem a idéia de preservação: o primeiro é a **Proteção** e o segundo, a **Conservação**.

Entendo a **Proteção** como sinônimo de amparo, salvaguarda, defesa. Neste ponto de vista, por exemplo, está a proteção legal dos imóveis de importância histórica ou artística, versada em leis federais, estaduais e municipais, regulamentos e portarias. Por isso, diz-se que a lei protege, mas não conserva. No alcance desta mesma compreensão estão as restaurações arquitetônicas desses imóveis. Portanto, a legislação e a restauração são formas de **Proteção** do Patrimônio Cultural imóvel do país.

Neste sentido é correto o uso da expressão "Inventário de Proteção ao Acervo Cultural — IPAC" empregada por técnicos da Bahia em trabalho editado recentemente. Os inventários, como forma de conheci-

mento e documentação do Patrimônio Cultural, e os mecanismos de incentivos fiscais, como sistema de promoção de imóveis tombados, são maneiras de **Proteção** desses bens. A isenção de IPTU e os programas de financiamento de restauração pela Caixa Econômica Federal são igualmente incentivos de **Proteção**.

A partir deste momento já podemos distinguir duas formas de **Proteção**: uma, indireta ou passiva, configurada nos diplomas legais e instrumentos administrativos de incentivo. A outra, direta ou ativa, é a restauração dos bens objeto de intervenção.

A **Conservação** é a contraface da **Preservação**. Pode ser entendida como a reiteração da manutenção. São trabalhos renovados, os cuidados repetidos e continuados. Em resumo: conservar é manter os imóveis em bom, aceitável ou regular estado de utilização. São os reparos das goteiras, o combate do cupim, a mudança de peças de madeira deterioradas nos soalhos, forros e telhados, bem como as atenções com as instalações elétricas e hidro-sanitárias.

A Constituição Federal traz para o Estado o dever de "amparar a Cultura". A explicação deste artigo, no parágrafo único que o segue, não deixa lugar a equívocos: "Ficam sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas". Entretanto, no dia a dia, esse dever constitucional tem sido algumas vezes confundido com a obrigação de **conservar**.

A Fundação Nacional próMemória, consciente disso, estabelece como condição de restauração de um imóvel, o compromisso do proprietário de mantê-lo em boas condições, isto é, **conservá-lo**. Em resumo, **Proteger** é o que o poder público pode fazer para preservar; **Conservar** é o que o dono ou possuidor, por iniciativa própria, deve fazer para preservar.

A partir desta constatação, pode-se observar que os programas de incentivo à comunidade, no sentido de estimulá-la a restaurar seus imóveis tombados, necessitam de um aporte muito maior de recursos do que um outro programa da mesma abrangência, visando apenas à conservação. Verifica-se também que a participação da comunidade é menor nas ações de restauração do que nas de conservação. A primeira é ação especializada, técnica, envolvendo diretamente especialistas de vários níveis, mais do que os moradores locais, ao contrário das ações de conservação, as quais podem ser feitas com participação direta por parte do morador.

Deve-se pensar ainda nos problemas técnicos e sociais da restauração. Uma restauração malfeita é um dano para o edifício que se pretenda proteger. Além disso, o imóvel antigo, beneficiado por uma intervenção desta natureza, eficaz ou não, torna o prédio, de súbito, valorizado em relação à situação an-

terior à intervenção. O aumento dos aluguéis decorrente desta valorização poderá resultar na expulsão dos inquilinos primitivos.

O problema social que poderá advir de investimentos maciços de recursos estatais na **proteção por restauração** de grandes áreas urbanas poderá ser consideravelmente reduzido, ou até eliminado, com a adoção de outro tipo de intervenção: a **conservação**. Pequenos empréstimos, financiamentos e orientação técnica que pudessem ser renovados freqüentemente estão a merecer estudo mais detalhado e cauteloso, quer em relação à questão social, quer em relação aos próprios bens, evitando-se, assim, com a conservação, as restaurações "por atacado".

Um programa de incentivos à conservação daquelas áreas deveria merecer uma atenção especial. A criação de um Banco de Materiais de Construção Usados procedentes de demolições, restaurações ou conservações, não deveria ser esquecida. Que destinação melhor poderia ter sido dada às toneladas de material remanescente das demolições recentemente realizadas de imóveis situados no espaço destinado às futuras instalações do Porto do Recife, por exemplo?

Parece prudente rever a hierarquia dos critérios que têm orientado a seleção dos bens culturais a merecer preservação. Em primeiro lugar ainda é considerada a relação do objeto com um acontecimento histórico ou com uma fase especial do passado e/ou a qualidade estética do mesmo. Os critérios científicos alicerçados na Arqueologia ou na Economia aparecem depois. O último dos critérios adotados parece ser o social, quando só muito recentemente passou-se a atender a uma parcela da comunidade que acredita que preservar o passado é uma coisa boa em si mesma.

Não se pode negar que a maior participação na tarefa de seleção e proteção do acervo cultural ainda cabe ao Estado. Por isso, parecem ter razão os que afirmam que a preservação é eleita e interpretada por quem dá os recursos.

Um programa de incentivo à conservação por parte do poder público teria, dentro deste raciocínio, a vantagem adicional de propiciar às camadas menos favorecidas da população a possibilidade — e o direito — de preservar a sua própria História. O que se preserva para os vindouros pode ser alcançado livrando-se os bens de perigos imediatos a que estiverem expostos, promovendo-se, sempre que necessário, em seguida, pequenas e constantes intervenções de conservação.

(*) Ulysses Pernambucano de Mello, neto é advogado e arqueólogo.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO (RJ): BRASIL PODE TER MAIS UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A Secretaria da Cultura do MEC deverá enviar, provavelmente no próximo ano, para apreciação do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, o projeto visando tornar o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, Patrimônio Cultural da Humanidade. O Mosteiro é um dos monumentos incluídos na relação de bens culturais que a SEC/MEC apresentou ao Comitê, em dezembro de 1982 (SPHAN n.º 21, pág. 4).

A informação é do Secretário Marcos Vinícios Vilaça, que no dia 6 de outubro passado esteve em visita ao Mosteiro, quando conversou com D. Marcos Barbosa e com o Vice-Prior, D. João Evangelista, sobre a indicação para que o monumento seja declarado Patrimônio da Humanidade. O assunto será discutido com o Abade do Mosteiro, D. Inácio Accioly, "que deve aprovar com toda a certeza", disse D. Marcos Barbosa, para quem "declarar o Mosteiro Patrimônio da Humanidade é muito importante porque lhe confere um status maior ainda. Ele não é apenas um monumento histórico, mas também um pólo de cultura e religião do nosso povo".

O Secretário da Cultura do MEC informou, ainda, que "o argumento mais importante que vamos usar será o de que o Mosteiro é um monumento com 400 anos e que continua funcionando normalmente. Aqui há uma vida mantida esse tempo todo pela comunidade religiosa".

Caso o pedido brasileiro seja aprovado — o processo somente será julgado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em sua reunião anual de 1985, se o projeto for enviado no ano que vem —, o Mosteiro de São Bento deverá se constituir no quinto monumento do país a ser distinguido com o título de bem mundial, pois, além de Ouro Preto e Olinda, cidades já elevadas a esta condição, o Comitê deverá reconhecer as ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, que, inclusive, já contam com o parecer favorável do Bureau daquele organismo internacional (SPHAN n.º 24, pág. 15), e o Centro Histórico de Salvador, processo já encaminhado ao Comitê e que deverá ser julgado em 1984 (ver matéria neste número e o SPHAN n.º 23, pág. 13).

O Mosteiro de São Bento foi um dos primeiros bens tombados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938. Sua origem data de 1586, quando chegaram ao Rio os primeiros beneditinos, dois monges portugueses procedentes da Bahia.

Em seu *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil* (págs. 116 e 117), o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, Diretor de Tombamento e Conservação da SPHAN, assim fala sobre o Mosteiro de São Bento:

"Do início de seiscentos é a primeira fase de obras do Mosteiro de São Bento e sua igreja. Apesar das consideráveis modificações e ampliações empreendidas no final do mesmo século, o conjunto ainda conserva, fundamentalmente, o caráter da edificação iniciada em 1617, sob o traço do



Igreja do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. O Mosteiro foi um dos primeiros monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

engenheiro-mor Francisco de Frias de Mesquita. Apresenta a edificação cunhais de granito, três arcos da galilé encimados pelas janelas do coro superior, frontão triangular como coroamento, torres sineiras culminadas por pirâmides de alvenaria entre pináculos esféricos de granito. A partir de 1669, obras de grande porte foram realizadas sob a responsabilidade do Arquiteto beneditino Frei Bernardo de São Bento: completou-se a quadra conventual, e a igreja, de uma nave, passou a ter capelas laterais intercomunicadas, em consequência da abertura de arcos nas paredes laterais.

"No pavimento térreo do edifício predominam os tetos abobadados de alvenaria com arcos estruturais de cantaria; no superior e na nave da igreja, os artesoados de caixotões.

"Frei Domingos da Conceição, mestre entalhador e escultor, também beneditino, realizou as talhas que revestiam a capela-mor e o arco-cruzeiro, substituídas, em 1785, por outras, de caráter rococó, do mestre Inácio Ferreira Pinto. Da obra de Frei Domingos, apenas restou pequeno trecho do revestimento do arco-cruzeiro, onde se

lê a data "1694". Ao mesmo mestre devem-se, ainda, imagens esculpidas, grades e armários, e o projeto das talhas de revestimento de toda a nave e do altar da sacristia, executada, após 1710, pelos mestres Alexandre Machado Pereira, José da Conceição e Simão da Cunha.

"As talhas das capelas laterais e da capela do Santíssimo, de autorias desconhecidas, têm caráter de transição entre o barroco setecentista e o rococó. O mesmo pode ser dito com referência à talha da capela abacial interna.

"A fachada interior que dá para o claustro, toda de cantaria, foi refeita em meados de setecentos, segundo o risco do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, grande Arquiteto setecentista do Rio de Janeiro.

"São notáveis, ainda, não só as coleções de pinturas, entre as quais se incluem o Cristo da sacristia e os painéis da capela-mor de Frei Ricardo do Pilar, mas também a prataria, com várias peças seiscentistas, as extraordinárias e imensas lâmpadas da capela-mor, cujo risco se deve a Mestre Valentim, e o arquivo e a biblioteca do Mosteiro".

PREVISTA PARA 1984 A RESTAURAÇÃO DO CONVENTO DO CARMO, EM OLINDA (PE)

A restauração do Convento do Carmo, em Olinda (PE), juntamente com a recuperação de seus bens móveis e a consolidação do morro onde está situado, deverá entrar na programação orçamentária da Secretaria da Cultura do MEC para o ano que vem. A informação foi dada pelo Secretário Marcos Vinícios Vilaça, durante a assinatura de convênio com a Prefeitura de Olinda, para a conclusão dos trabalhos de restauração do Palácio dos Governadores, sede do Executivo olindense, à Rua São Bento. O Convento, juntamente com a igreja carmelita, constitui um imenso conjunto,

erguido do século XVI ao XVII.

As obras finais do Palácio dos Governadores deverão estar concluídas até o início de 1984. Depois de restaurado, o imóvel terá a seguinte destinação: no primeiro andar ficarão o gabinete oficial do Prefeito e suas assessorias diretas. No andar térreo ficarão instalados o Arquivo Público Municipal, Biblioteca de Documentação e Pesquisa Histórica, auditório com capacidade para 150 pessoas, mostra iconográfica e cartográfica sobre o desenvolvimento urbano-arquitetônico de Olinda e um Grupo de Estudos de História local.

NA FUNDAJ, UM CENTRO PRESERVA A MEMÓRIA DO HOMEM BRASILEIRO

Para preservar a memória do homem brasileiro, principalmente do nordestino, nas mais diversas áreas da cultura, como economia, política, ciências sociais, teatro, pintura, música, cinema, dentre outras, é que nasceu o Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira "Rodrigo Mello Franco de Andrade" (Cehibra) da Fundação Joaquim Nabuco, localizado em Apipucos, Recife.

A Divisão de Pesquisa Histórica do Cehibra possui mais de 80 depoimentos de personalidades representativas do Norte-Nordeste, os quais se acham à disposição dos estudiosos e interessados, além de um significativo número de arquivos todos adquiridos através de doações — contendo correspondências, documentos pessoais, recortes de jornais, diplomas, tudo o que diga respeito à trajetória da vida de uma pessoa, de gente famosa, como Joaquim Nabuco (SPHAN n.º 25, pág. 23).

O Cehibra dispõe ainda para consultas os arquivos de André Rebouças, Ascenso Ferreira, Waldemar de Oliveira, Gil Maranhão, Nelson Ferreira, Sócrates Times de Carvalho, Mário Sette, Paulo Guerra — este doado recentemente pela família do ex-Governador — dentre outros mais.

Entretanto, não se restringe a Pernambuco a área de atuação do Cehibra: há, por exemplo, projetos de organização do Arquivo Público do Piauí, já na sua fase de conclusão, e a preparação de minuta do projeto para organização do Arquivo Público do Maranhão. Também está sendo desenvolvida uma pesquisa com base histórica para reconstituir o Engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco passou os primeiros anos de sua infância, que servirá de subsídio a fim de reconstituir o monumento.

A Diretora do Cehibra, Cristina Dantas, explica que a aquisição de arquivos segue passos muito detalhados. O primeiro passo a ser dado é, naturalmente, descobrir quais famílias teriam arquivos a doar, a fim de conseguir junto a elas a custódia desses arquivos pela FUNDAJ. Feito o levantamento da documentação do arquivo, é elaborado um termo de doação à Fundação Joaquim Nabuco e há uma seleção desses documentos, que são postos em série. A seguir, a documentação é catalogada, classificada e arquivada. Atualmente está sendo preparado um projeto para a definição da política de aquisição de arquivos, juntamente com o pessoal de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco.

FONOTECA

Outro trabalho desenvolvido pelo Cehibra de grande interesse para pesquisadores, historiadores e visitantes do Centro em geral é o da Fonoteca da FUNDAJ, onde se encontram partituras, discos antigos diversos e legados fonográficos que subsidiam as pesquisas de agora e de amanhã através desses documentos.

A Fonoteca possui em seu acervo de história oral depoimentos de brasileiros ilustres, como Nelson Chaves, Cícero Dias, Alceu de Amoroso

Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Cristiano Cordeiro, Raquel de Queiroz, Lula Cardoso Ayres, Bajado, Nilo Pereira, Orlando Parahyn, dentre outros.

No Projeto "Pernambuco e o Movimento Revolucionário de 1964" estão documentados os pareceres de gente como Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra, Coronel Darcy Villock Vianna, General Antônio Bandeira, Berany Sampaio e Hilton Guedes Alcoforado.

Também estão gravados depoimentos sobre a "História do Rádio no Recife" de pessoas que participaram da construção do rádio na cidade, além de outros como a vida e a obra de Ulysses Pernambucano e sobre os 50 anos de teatro em Pernambuco. Ainda se encontram à disposição do público depoimentos de compositores — Capiba, Manezinho Araújo, Marlos Nobre, Cláudio Nigro, João Valença, Luiz Gonzaga —, músicos — Guedes Peixoto, Vicente Fittipaldi, Maestro Duda — e

cineastas como Ary Severo, Firmo Neto e J. Soares.

Dentre os eventos e documentos fonográficos em cassete, a Fonoteca da FUNDAJ dispõe do depoimento de Aaulfo Alves no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, de D. Hélder Câmara e Ziraldo na TV Bandeirantes em 1980, das músicas da campanha política do PMDB nas eleições passadas, de depoimentos de Nelson Ferreira, Gilberto Freyre, Cartola, Elza Gomes, Pelé, Alzira Vargas, além de músicas indígenas, da Revolução de 1930 e a memória fonográfica da Revolução de 1932.

Em fita-rolô estão gravados a história oral da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com um total de 56 depoimentos, eventos promovidos pela FUNDAJ de 1980 até hoje, músicas de carnaval de 1939 a 1971 e muitos outros documentos relativos à memória do homem brasileiro.

INL LANÇA, EM BRASÍLIA, O LIVRO DE ARTE BRASILEIRO

O Livro de Arte Brasileiro, de Catarina Helena Knychala, foi lançado a 21 de setembro passado, no Gabinete do Secretário da Cultura do MEC, em Brasília. A obra é um lançamento da Presença Edições, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, órgão da Fundação Nacional Pró-Memória. Compareceram à solenidade o Secretário da Cultura, Marcos Vilaça, o diretor do INL, Herberto de Azevedo Salles, o escritor goiano, Bernardo Élis, entre outras personalidades.

Trabalho originalmente apresentado como Tese de Mestrado ao Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, em 1980, a obra de Catarina Knychala estuda o livro de arte e, particularmente, o livro de arte brasileiro, sob os aspectos teórico, histórico e descritivo, apresentando uma teoria do livro de arte e fazendo um levantamento da produção brasileira nesse setor cultural, de 1808 a 1980.

Tendo como ponto de partida para sua pesquisa algumas perguntas fundamentais — Há no Brasil uma tradição do livro de arte? Qual foi a produção brasileira nesse setor cultural? Quando ela se iniciou e quais foram os primeiros livros de arte aqui publicados? — a autora constatou não existir, no Brasil, "um trabalho maior que trate do livro de arte brasileiro e nem uma bibliografia de tal classe de livro, que possam responder tais perguntas e servir de guia aos colecionadores e outras pessoas interessadas. Não existe nem mesmo uma verdadeira história do livro brasileiro". Catarina Knychala, no entanto, acredita que "está ainda para ser feita uma história do livro brasileiro", e considera seu trabalho "apenas um ponto de partida, uma minuta para trabalho mais amplo".

Catarina Helena Knychala, professora e artista plástica, trabalha desde 1972 no INL, onde foi responsável pela Coordenação do Livro Cultural, cuidando, atualmente, de editoração geral e do preparo dos catálogos comentados das publicações do Instituto.

O INL assinou, no dia 19 de outubro último, convênio com a Fundação Roberto Marinho, para estender o Projeto "Ciranda de Livros" às 2500 bibliotecas públicas e três mil outras conveniadas com o Instituto. O Diretor do INL, Herberto Salles, disse, na ocasião, considerar "da mais alta importância" o Projeto e informou que um novo convênio deverá ser assinado no próximo ano com o objetivo de o INL distribuir o módulo "Ciranda I", que a Fundação Roberto Marinho reeditará juntamente com os outros patrocinadores — a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e a Empresa Hoechst do Brasil.

Com a assinatura do convênio, o "Ciranda de Livros" atingirá um público de leitores de quatro milhões de crianças, segundo estimativa do Coordenador do Projeto na Fundação Roberto Marinho, Alfredo Gonçalves.

Firmaram o convênio Herberto Salles, pelo INL, e José Carlos Barbosa de Oliveira, pela Fundação Roberto Marinho.

CADASTRAMENTO

A Biblioteca Demonstrativa do INL iniciou o trabalho de cadastramento dos autores independentes, isto é, cujas obras foram publicadas fora do circuito editorial tradicional. O cadastramento é referente aos autores que residem e atuam no Distrito Federal.

A Biblioteca está também solicitando desses autores exemplares de suas obras para inclusão em seu acervo, que, na prática, assume o caráter de verdadeira biblioteca pública de Brasília.

Em comemoração à Semana do Livro e da Biblioteca, ocorrida de 24 a 27 de outubro passado, a Biblioteca Demonstrativa do INL realizou uma Semana de Autores Brasileiros e Goianos, da qual participaram editores e livreiros.

Além de exposição e venda de livros dos escritores brasileiros e goianos, houve noites de autógrafos, palestras, exibição de filmes relativos a Brasília e Goiás e outras atividades culturais envolvendo artistas da região.

A Semana foi aberta na noite do dia 24 com uma palestra do Professor Cassiano Nunes, que lançou seu livro *A Felicidade pela Literatura* (coedição Civilização Brasileira/INL).

SPHAN/próMEMÓRIA INSTALA ESCRITÓRIOS TÉCNICOS EM NÚCLEOS TOMBADOS

Com o objetivo de otimizar os recursos existentes e fortalecer as Diretorias Regionais, a SPHAN está estabelecendo escritórios técnicos em núcleos tombados — no dia 14 de setembro último, foi inaugurado o de Paraty, subordinado à 6.ª DR e tendo como representante técnico o restaurador Luiz Carlos Serrano.

Estes escritórios funcionarão como postos avançados das DRs, com a finalidade de promover a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos oficiais (Prefeitura, Comarca Municipal e Cartório), eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil e na região; estudos e levantamentos visando tombamento sistemático de bens de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico da região; o estímulo e a orientação na região ao estudo da arte, história, etnografia e arqueologia regionais, principalmente junto à comunidade escolar; e promover a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico da região.

A orientação técnica e administrativa do escritório será ditada pela Diretoria Regional da SPHAN a que o núcleo estiver subordinado e pela Fundação Nacional próMemória. O escritório será dirigido por um Responsável/Presidente que terá sob suas ordens funcionários da próMemória lotados na região.

O restaurador Luiz Carlos Alves Serrano, da 6.ª Representação Regional da SPHAN/próMemória, tomou posse em meados de setembro como responsável pelo Escritório Técnico de Paraty, "com os encargos de responder pelo Museu de Arte Sacra local e pelo Forte Defensor Perpétuo, e de fiscalizar e dinamizar as atividades culturais da FNPM na região". O Escritório acha-se instalado no sobrado do Patrimônio, na Praça Monsenhor Hélio Pires, s/n.º.

Ultimamente o Escritório vem sendo bastante solicitado pelas Secretarias Municipais de Obras e de Turismo, a primeira para exame e aprovação de projetos de obras, restaurações, construções de novos sobrados e até mesmo simples pintura de fachadas, os quais dependem de parecer técnico da 6.ª DR, dada a especificidade do Município. Todo o conjunto paisagístico de Paraty e especialmente o acervo arquitetônico e paisagístico da cidade são tombados e erigidos em Monumento Nacional, sendo o chamado Bairro Histórico o que exige maiores cuidados. Da parte do órgão de Turismo as solicitações devem-se à ocupação do Museu de Arte Sacra e do Forte Defensor Perpétuo para uma série de atividades culturais e recreativas, uma vez que constituem eles os poucos espaços culturais disponíveis. "A cidade não possui nem ao menos um cinema", diz Serrano.

Constitui alvo de preocupação permanente,

desejo e pretensão das autoridades municipais em Paraty a proteção e até mesmo o possível tombamento de remanescentes das antigas fazendas de pinga do Município.

Outra atividade de caráter permanente, a

cargo do Escritório Técnico sob a direção do Prof. Serrano, consiste na conservação de documentos que constituem a própria memória da cidade e do país, trabalho educativo, realizado através de cursos para professores e estudantes.



Vista da cidade de Paraty (RJ), que agora conta com um escritório técnico da SPHAN/próMemória, instalado no sobrado do Patrimônio. O escritório funciona como posto avançado da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

ARQUIVO SPHAN

ENCONTRO SOBRE RESTAURAÇÃO REÚNE PROFESSORES ITALIANOS E TÉCNICOS BRASILEIROS

Um grupo de professores italianos esteve no Brasil, no período de 20 de setembro a 7 de outubro, participando de um encontro italo-brasileiro sobre restauração, que consistiu de uma série de conferências regionais em Ouro Preto, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Na passagem de Ouro Preto para Recife, os italianos estiveram em Brasília, no dia 22 de setembro último. Na sede da Fundação Nacional pró-Memória foram recebidos pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, que os saudou e os colocou a par da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, destacando, ainda, a importância da visita, que, segundo ele, poderá ser um primeiro contato entre pessoas que têm uma série de contribuições a oferecer ao país, particularmente no campo da conservação de monumentos.

O encontro italo-brasileiro sobre restauração reuniu os professores Gaetano Miarelli Mariani, Franco Minissi, Paolo Rocchi, Carlos Cacciavillani e Francesco Gurrieri, todos, com exceção do último, da Escola de Especialização para o Es-

tudo e o Restauro de Monumentos da Universidade de Estudos de Roma "La Sapienza", e técnicos brasileiros, com o objetivo principal de aprimorar o conhecimento tecnológico dos recursos humanos brasileiros, orientar a busca de soluções construtivas para a manutenção de monumentos históricos e, ainda, realizar um levantamento de questões sobre a abordagem na preservação de centros históricos. A Itália é considerada um dos mais conceituados centros de restauração do mundo.

Durante o encontro, os especialistas italianos tiveram a oportunidade de expor em palestras aos arquitetos, engenheiros e restauradores brasileiros uma série de experiências por eles realizadas e patrocinadas por particulares e governos não só da Itália como de toda a Europa.

O encontro, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), contou com o apoio da Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN/próMemória, da Fundação Roberto Marinho, Secretaria da Indústria e do Comércio da Bahia e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

POSSE NO CONSELHO CONSULTIVO DA SPHAN

A Arqueóloga e Professora da UFRJ Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão e o Antropólogo Gilberto Cardoso Alves Velho tomaram posse no Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, durante a reunião de trabalho ocorrida no dia 12 de setembro passado, no Palácio da Cultura, Rio de Janeiro, sob a presidência do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça.

A Professora Maria Beltrão é a primeira mulher a tomar posse como Conselheira daquele órgão da Secretaria da Cultura do MEC, responsável pela análise e aprovação de processos relativos a tombamentos de bens culturais, bem como por adoção de medidas de salvaguarda do Patrimônio Histórico e Artístico do país.

CONSELHO CURADOR

A Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, em solenidade realizada a 21 de setembro passado, no Gabinete do Secretário da Cultura do MEC, em Brasília, reconduziu a seus cargos todos os membros e suplentes do Conselho Curador da Fundação Nacional próMemória. Estavam presentes ainda o Secretário da Cultura, Marcos Vilaça, e o Subsecretário da SPHAN, Irapoan Cavalcanti de Lyra.

Os Conselheiros, reconduzidos a um novo mandato de três anos, foram empossados pela Portaria n.º 215, de 13 de março de 1980. São eles: Jorge Hilário Gouvêa Vieira, Márcio João de Andrade Fortes, Fernão Carlos Botelho Bracher, Joaquim Arruda Falcão Neto, Fernando Ro-

berto Moreira Salles, Antônio Augusto dos Reis Velloso, Mário Jorge Gusmão Berard, Rubens Ricúpero, Galba Magalhães Velloso e Paulo Roberto Oliveira Niccoli.

O Prof. Joaquim Arruda Falcão Neto, da Fundação Joaquim Nabuco, falou em nome dos Conselheiros. A Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, ao discursar, destacou a importância daquele Colegiado: "A Fundação próMemória tem

no seu Conselho Curador pessoas irmanadas no interesse comum pela cultura nacional; sob esse título, cultura nacional, abrigam-se as mais diversas preocupações, seja com a ingente necessidade de preservar os nossos mais caros valores, seja com a de apoiar a produção cultural de hoje". E concluiu: "Em ambos os casos, no imperativo de sermos fiéis à idéia mais ampla de reforçar a identidade nacional".



Tomou posse no dia 4 de outubro passado, no Rio de Janeiro, a nova Diretora do Museu da República, Lilian Barreto, primeira mulher a assumir a direção do órgão, após sua desvinculação do Museu Histórico Nacional. A solenidade foi realizada no antigo Palácio do Catete, sede do Museu, e presidida pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, que aparece na foto ladeado pelos Professores Gerardo Brito Raposo da Câmara (d), Diretor do Museu Histórico Nacional, e Ruy Mourão, Coordenador do Programa Nacional de Museus da SEC/MEC.

Lilian Barreto desenvolverá em conjunto com o Programa Nacional de Museus a revitalização cultural do Museu da República, que está sendo restaurado pela SPHAN/próMemória, através da 6.ª Diretoria Regional (SPHAN n.º 24, pag. 3).

SPHAN/próMEMÓRIA FIRMA COOPERAÇÃO COM OS ANTIQUÁRIOS BRASILEIROS

A SPHAN/próMemória e a Associação Brasileira dos Antiquários firmaram, no dia 16 de setembro passado, no Rio de Janeiro, um termo de cooperação visando à troca de informações relativas a obras de arte móveis tombadas. A solenidade foi realizada no Paço Imperial e a assinatura do acordo teve como testemunha o Presidente do Conselho do Patrimônio Histórico Municipal do Rio, escritor Pedro Nava.

Pelo termo assinado, a Associação dos Antiquários se obriga a comunicar a SPHAN com antecedência mínima de 15 dias a realização de leilões ou vendas de obras de arte; a promover internamente a divulgação do roubo ou furto de obra(s) de arte tombada(s) com a respectiva foto e descrição da(s) peça(s); e, em caso de conhecimento da(s) peça(s) roubada(s), a notificar imediatamente a SPHAN a fim de que seja promovida sua devolução.

Caberá à SPHAN, através da Fundação Nacional próMemória: promover, conforme suas possibilidades técnicas, o inventário, com foto-

grafias, de todo o acervo móvel tombado; indicar técnicos que analisarão previamente as peças a serem leiloadas; e promover diretamente com a Associação dos Antiquários o recebimento das obras tombadas eventualmente extraviadas e que venham a ser encontradas.

O termo de cooperação vai vigorar durante dois anos a partir de sua assinatura e poderá ser

renovado.

Assinaram o termo o Presidente da Fundação Nacional próMemória, Marcos Vinícios Vilaça, o Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcanti de Lyra, e o Presidente da Associação Brasileira dos Antiquários, Ary Paulo Resende.

CRIADO PLANO PARA RECUPERAÇÃO DE ACERVOS DE OBRAS RARAS

O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, assinou portaria criando o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras, a ser executado a partir do ano que vem pela Fundação Nacional próMemória, através da Biblioteca Nacional.

Além da restauração, o Plano vai possibilitar a identificação dos principais acervos de obras raras existentes em bibliotecas e outras instituições do país, dar assistência técnica na instalação de laboratórios de restauração, organizará cam-

pnhas nacionais de restauração de documentos em suporte papel, definirá técnicas e padrões de guarda e encadernação para material bibliográfico raro e elaborará o catálogo das obras raras existentes no país.

O Plano prevê, também, a elaboração de um programa de formação de mão-de-obra especializada no Brasil e no exterior, além de incentivar a criação de cursos permanentes, a fim de divulgar as técnicas auxiliares de restauração.

Será, ainda, estabelecida uma rede de núcleos estaduais, responsáveis pela restauração do acervo bibliográfico raro, objetivando garantir o êxito dessa política nacional de preservação, que contará com o apoio de instituições públicas e privadas.

NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, ALUNOS APRENDEM EM ESCOLA DIFERENTE

Entre janeiro e outubro deste ano, 10592 alunos de 1.º e 2.º Graus de 255 escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro estiveram no Museu Histórico Nacional participando do Projeto *Integração Museu-Escola*.

Este número, triplicado em relação a 1982, atesta a vitalidade de um trabalho que tem muitos objetivos, entre os quais o de ampliar o acesso aos bens culturais, preconizado pela Secretaria da Cultura do MEC.

As características do acervo do Museu Histórico Nacional permitem aos alunos observar testemunhos da formação histórica e cultural brasileiras, em especial sobre o período de 1500 a 1899. O Projeto *Integração Museu-Escola* objetiva, por isso mesmo, fixar a aprendizagem de conteúdo já recebido em sala de aula e, por outro lado, motivar os estudantes para assuntos que serão desenvolvidos posteriormente pelo professor, relativos à História do Brasil.

O principal instrumento do Projeto é a *visita programada ao Museu*, quando estudantes, acompanhados de professores, orientadores ou supervisores, são recebidos por técnicos especializados do Museu, integrantes da Coordenadoria de Programas Educacionais e Culturais.

Mas há, também, outros objetivos, como o de valorizar e preservar aspectos relevantes da cultura. Assim, além de observar o acervo, os alunos recebem informações sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, através de filmes, audiovisuais, palestras e material impresso.

Datas especiais são aproveitadas para ampliar as ações do Projeto. O próprio aniversário do Museu, por exemplo, aliado ao Dia da Criança, propiciou a montagem da *Semana da Criança*, quando, além das atividades educacionais e culturais, foram realizadas ações de lazer e recreação.

Através do Projeto *Integração Museu-Escola*, o Museu Histórico Nacional está tornando realidade a idéia de que, além de preservar e expor peças de valores histórico e artístico, é, também, uma instituição cultural aberta à reflexão e valorização de experiências comunitárias mais amplas.

OBRAS

Em visita ao Museu Histórico Nacional, dia 5 de outubro último, o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, pôde verificar o plano de obras da instituição que prevê a reinauguração do Museu no final de 1984.

Ocupando uma área de 23 mil metros quadrados, o Museu tem em seu próprio conjunto arquitetônico um testemunho de época, pois o núcleo original da construção data de 1762 (SPHAN n.º 20, pág. 3).



Através da recreação, a criança vai tomando contato com o acervo do Museu Histórico Nacional no Projeto *Integração Museu-Escola*.

CONSELHO CONSULTIVO DA SPHAN APROVA PROJETO DE RESTAURAÇÃO DO PAÇO (RJ)

Na 103.ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 12 de setembro passado, no Rio de Janeiro, foram aprovados por unanimidade dois importantes projetos da SPHAN no âmbito da 6.ª Diretoria Regional: a restauração do Paço Imperial, na Praça XV de Novembro (SPHAN n.º 24, págs. 1, 2 e 3), e o estudo visando a proteção do entorno de 10 bens tombados localizados no Morro da Conceição (ver matéria detalhada sobre este último projeto neste número).

A proposta arquitetônica da SPHAN para as obras de restauração do Paço Imperial da Cidade foi apresentada pelo Diretor da 6.ª Diretoria Regional, Arquiteto Glauco Campello, com a colaboração de Cyro Ilídio C. O. Lyra, Arquiteto da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, que coordenou o projeto.

Expondo maquetes das várias fases por que passou o edifício, os arquitetos esclareceram não significar a proposta de restauração do prédio uma volta a determinado momento histórico, mas

a eliminação dos acréscimos que o empobreceram arquitetonicamente ao longo do tempo. Dentro deste partido, serão eliminados trechos do 3.º pavimento, o que representa sem dúvida perda de área razoável, em benefício, no entanto, do restabelecimento da riqueza arquitetônica original do monumento.

Foi justamente a última alteração (executada em 1929, no Governo de Washington Luiz, quando era ocupado pelo antigo Departamento de Correios e Telégrafos-DCT) que empobreceu o palácio, tirando-lhe toda a expressão plástica e "transformando o belo prédio de 1743 num caixão", segundo as palavras do historiador e membro do Conselho Consultivo da SPHAN Gilberto Ferrez.

VISITAS

Na qualidade de Presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, esteve em visita ao Paço Imperial da Cidade o memorialista Pedro Nava, a fim de conhecer o projeto de restauração do prédio, a convite do Diretor da 6.ª DR/SPHAN, Arquiteto Glauco Campello.

Durante sua estada no Paço, ocorrida no dia

15 de setembro último, Pedro Nava pôde examinar as maquetes que representam as diferentes fases por que passou o edifício da Praça XV de Novembro, desde a sua construção em 1743 até a última grande reforma de 1929.

O escritor confessou-se impressionado ao saber que num dos claustros (pátios internos) do Paço havia sido erguida uma edificação de quatro andares e lembrou então que os pátios da velha Santa Casa de Misericórdia também estão cheios de construções internas. Segundo Nava, a existência dos claustros nas construções antigas tinha por objetivo a melhor ventilação para os cômodos, além de proporcionar intensa luminosidade natural.

Uma semana depois foi a vez de Michel Parent visitar o Paço. Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Comissão da UNESCO que coordena o tombamento de monumentos mundiais, ele passou alguns dias no Brasil em missão daquele organismo, tendo visitado a Bahia, a fim de examinar a proposta da Secretaria da Cultura do MEC de reconhecimento oficial da parte antiga de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade (ver matéria sobre este assunto neste número).

PROJETO VAI PRESERVAR E DIFUNDIR ACERVO DA ESCOLA DE MÚSICA DA UFRJ

A Fundação Nacional próMemória, a FUNARTE e a Universidade Federal do Rio de Janeiro firmaram convênio, no dia 13 de setembro último, para a realização de um projeto de pesquisa, levantamento, cadastramento, microfilmagem e edição do acervo de música brasileira existente no arquivo da Escola Nacional de Música da UFRJ.

O projeto vai ser executado em diversas eta-

pas, iniciando-se pelo levantamento, cadastramento e catalogação das obras. Na segunda fase haverá restauração e microfilmagem dos manuscritos, autógrafos e edições raras, edição do catálogo e das partituras. O trabalho será coordenado por funcionários da Biblioteca Nacional.

O arquivo da Escola de Música da UFRJ, considerado um dos mais importantes da música brasileira, inclui a parcela mais importante da obra do Padre José Maurício Nunes Garcia, reunida no acervo que pertenceu a Bento Fernandes das Mercês. Possui, ainda, manuscritos autógra-

fos de Carlos Gomes, Henrique Oswald, Luciano Gallet, Leopoldo Miguez, Glauco Velasquez, Francisco Braga e muitos outros autores do passado, bem como uma grande quantidade de partituras entregues em Depósito Legal para efeito de registro (SPHAN n.º 19, pág. 9).

Segundo o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, o convênio permitirá maior aproximação da Universidade com a política cultural e que os contemporâneos conheçam e executem as músicas dos autores do passado. A verba para o projeto é de Cr\$ 6 milhões 596 mil.

MUSEU IMPERIAL COMEMORA CASAMENTO DE D. PEDRO COM EXPOSIÇÃO E AÇÃO EDUCATIVA

O Museu Imperial inaugurou no dia 23 de setembro passado a exposição "O Casamento de D. Pedro II e D. Teresa Cristina", com o objetivo de comemorar os 140 anos de aniversário do casamento imperial e mostrar ao público jóias, cristais, documentos, indumentária e mobiliário relativos ao evento.

O casamento de D. Pedro II e D. Teresa Cristina, realizado através de procuração, teve como plenipotenciário o Conselheiro Bento da Silva Lisboa. A cerimônia matrimonial teve lugar na Capela do Palácio de Chiaramonte, a 30 de maio de 1843, representado D. Pedro II pelo Conde Siracusa, irmão de D. Teresa Cristina.

Dentro da programação relativa às comemorações dos 140 anos de casamento, o Museu Imperial, sob a coordenação da sua Seção de Atividades Educativas e Culturais, está promovendo

uma atividade educativa intitulada "Um Casamento na Corte". O Projeto teve início em setembro último e atende alunos das 5.ª, 6.ª e 7.ª séries das escolas da rede oficial e particular de Petrópolis.

Os dados históricos transmitidos aos participantes são referentes à segunda metade do século XIX, inspirados nos casamentos e outras festas ocorridas no passado. Orientados por duas museólogas e quatro estagiárias, as crianças confeccionam suas roupas, cardápio e pratos de banquete, decoração do salão e dramatização do cortejo e baile do casamento. Durante três horas, tempo de duração diária do Projeto, na ala direita do Palácio Imperial, as crianças executam e participam da festa de casamento do Conde D'Eu com a Princesa Isabel, que se concretizou em 1864.

Segundo pesquisa realizada pelo Museu Im-

perial junto às escolas que já participaram, o Projeto vem alcançando grande sucesso e atingindo o seu principal objetivo que é o de transmitir à criança uma nova forma de ensino — a de aprender representando, levando-a, assim, a voltar os olhos para o passado que também é a sua história.

CURSO

O Museu Imperial e a Fundação MUDS promoveram de 22 a 23 de outubro passado o curso "A História da Música no Brasil", que abordou temas como a música indígena, música no Brasil-Colônia, D. Pedro I e a música, precursores do nacionalismo.

O curso teve por objetivo conscientizar os participantes da ligação da música na sociedade brasileira, das origens à Semana de Arte Moderna.

cartas

MUSEU

"(...) no II Fórum Nacional de Lazer e Turismo, realizado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, foi reservado um espaço para a área de Museus, onde se debateu o problema do Patrimônio Histórico.

"Entre os trabalhos apresentados estavam as 'Sugestões para a criação do Museu do Café em Higienópolis', de minha autoria (...). (...) tomo a liberdade de lhes enviar, (...), uma cópia do prefácio do trabalho, uma vez que ainda se encontram em vias de publicação os 'Anais do II Fórum', (...)." - Mário Jorge Pires - São Paulo, SP.

NR — Nossos cumprimentos e parabéns pelo trabalho apresentado no Fórum promovido pela ECA/USP. A sua proposta se encaixa perfeitamente nas linhas traçadas pela Fundação Nacional próMemória com relação à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro por meio da criação de museus dinâmicos. Diante da importância de sua sugestão, enviamos-lhe no dia 12 de se-

tembro último telegrama sugerindo contato com a 9.ª Diretoria Regional/SPHAN, aí em São Paulo.

DÚVIDAS

"(...) Ao manusear essas revistas verifiquei muitas dúvidas em relação ao patrimônio de uma cidade, e, assim, devido ao interesse da minha parte, relaciono abaixo o que preciso para ter um arquivo mais completo (...)" — Lúcia Maria Pira - Mariana - MG.

NR — Em correspondência em nome da equipe do Boletim SPHAN/pró-Memória, enviamos-lhe um exemplar do livro "Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória", onde há um completo histórico da questão da preservação do acervo cultural brasileiro, enfocando principalmente o aspecto da legislação. Juntamente com o livro seguiu carta na qual procuramos responder as perguntas por você formuladas.

Cartas para:

Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K — CEP: 70.710 — Brasília (DF). Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.

Produzido pela Coordenação das Atividades de Comunicação da Fundação Nacional próMemória.

Editor responsável
Maria de Lourdes Castro Oliveira

Editor chefe
Marcus Vinícios De Lamônica Freire

Redação
Marcus Vinícios De Lamônica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Ulisses Lacava Bigaton

Revisão
Maria da Graça Nobre Mendes

Diagramação e Arte-Final
Rosival Batista Arruda